

**CENTRO UNIVERSITÁRIO  
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

**A CONTRIBUIÇÃO QUE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E  
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PROPICIA NO COTIDIANO DOS  
INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CENTRO DE APOIO À  
FAMÍLIA QUE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE DESPROTEÇÃO  
SOCIAL**

Caroline P. Sanvezzo  
Letícia Lima Sperandio  
Paloma M. C. Carneiro  
Suelen Ap. Batista

Presidente Prudente/SP

2014

**CENTRO UNIVERSITÁRIO  
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

**A CONTRIBUIÇÃO QUE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E  
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PROPICIA NO COTIDIANO DOS  
INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CENTRO DE APOIO À  
FAMÍLIA QUE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE DESPROTEÇÃO  
SOCIAL**

Caroline P. Sanvezzo  
Letícia Lima Sperandio  
Paloma M. C. Carneiro  
Suelen Ap. Batista

Trabalho de Conclusão de Curso como  
requisito parcial de Conclusão de  
Curso para a obtenção do grau de  
Bacharel em Serviço Social, sob  
orientação da professora Juliene Aglio.

Presidente Prudente/SP  
2014

## **AGRADECIMENTOS**

Não é uma tarefa fácil agradecer todas as pessoas que de alguma maneira estiveram presentes na minha vida no decorrer deste trabalho. Mas vamos lá!!! Primeiramente agradeço a Deus e a Virgem Maria, por estarem comigo em cada passo da minha vida, me amparando, protegendo, me dando sabedoria e discernimento, por serem à base da minha fé! Agradeço a minha mãe Francisca e ao meu pai Sebastião pela luta e determinação, pelo amor, carinho, afeto, por permitirem junto a Deus que eu existisse, e por não admitirem que nos momentos de fraqueza eu desistisse dos meus sonhos, a vocês expresso meu maior agradecimento. Agradeço a meus irmãos por me lembrarem nos momentos em que estive esgotada que tenho uma família que sempre irá me amparar, e sem dúvidas por terem me presenteado com três sobrinhas lindas que alegam o meu dia. Agradeço ao meu namorado por estar comigo nessa jornada e por exercer sua pouca paciência.

Agradeço aos amigos que fiz no decorrer deste curso, em especial a turma da distração, que me fizeram crer novamente que amizades sinceras existem. Agradeço a equipe do CAF, que tiveram uma imensa paciência e me toleraram nos momentos de nervoso e ansiedade, em especial a minha supervisora Telma.

A todos os professores do Curso de Serviço Social, em especial a minha orientadora Juliene, por exigir de mim muito mais do que eu achava que podia fazer, agradeço por ter transmitido um pouco de sua sabedoria e pela paciência no decorrer do trabalho.

Por fim agradeço a minhas companheiras de TCC, em especial a minha eterna Letícia, que sempre esteve ao meu lado, até nos momentos de cólicas de rim, e que com seu jeito doce nunca permitiu que eu perdesse o foco, e desistisse do trabalho, obrigada por nunca ter me dito não, e por todas as vezes que ia tentar brigar com você, sempre me reduzia com seu sorriso meigo e sincero. Obrigada por ter feito parte da minha história!

“Se o dinheiro for a sua esperança de independência, você jamais a terá. A única segurança verdadeira consiste numa reserva de sabedoria, de experiência e de competência.” (Henry Ford)

**Paloma Monique Campos Carneiro**

Primeiramente gostaria de agradecer meus pais Rosaria Maria Batista e José Batista Sobrinho pelo amor que me deram, por tudo que me ensinaram e por sempre acreditarem e se orgulharem de mim simplesmente por ser filha. Meu irmão Marco Aurélio Batista por me presentear com duas sobrinhas lindas Kauane e Pietra que tornam meus dias mais alegres simplesmente por existirem.

Sou extremamente grata pela pessoa que escolhi para viver ao meu lado, meu esposo Moisés Henrique Munhoz Ferres o qual sempre me apoiou, acreditou mesmo nos momentos mais difíceis e com sua alegria, positividade, seu sorriso e suas brincadeiras jamais permitiu que eu desanimasse e desistisse de mim mesma. Minha querida sogra Shirley Moreno Munhoz por sua generosidade e por contribuir para que eu me dedicasse aos estudos.

Agradecer a todos os professores que fizeram parte da minha formação. Em especial aqueles que se sensibilizaram e estiverem presentes nos momentos mais difíceis da minha vida como mais que professoras e sim amigas Andréia Almeida, Juliene Aglio e Vera Canhoto a qual serei eternamente grata.

Não posso deixar de agradecer a XXVII turma de Serviço Social por se mobilizarem e torcerem pela minha cura. Em especial a nossa orientadora Juliene que teve extrema relevância para que desenvolvêssemos um bom trabalho.

É imprescindível dizer a importância e a gratidão pela equipe de Oncologia do Hospital Regional de Presidente Prudente em especial Dr Andre Genaro, Dra Lucia Guedes e Raquel que tornaram meus dias difíceis mais fáceis e alegres com a forma que me acolheram e se tornaram parte da minha vida.

Agradecer minhas queridas amigas Letícia e Caroline que eu tive o imenso prazer de conhecer na faculdade e por isso sentirei saudade dos nossos momentos e da nossa amizade. Agradecer minhas amigas e companheiras do grupo Paloma, Caroline, e Letícia que foram muito importantes nesse momento e para a conclusão desse trabalho.

E agradecer a Deus por todos os ensinamentos da vida, por ter convivido e conhecido pessoas maravilhosas que me acolheram tão bem onde passei, pelas amizades, que presentes ou não estarão eternamente em minha memória e no meu coração.

**Suelen Aparecida Batista**

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.

Agradeço a minha mãe Sandra, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Obrigada meus irmãos que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

Meus agradecimentos aos amigos, em especial meu anjo da guarda Leticia Lima Sperandio, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

**Caroline Pazine Sanvezzo**

A mais linda estrela que o céu ganhou Leticia Lima Sperandio, não era para a senhorita estar na dedicatória, muito menos in memória. Era pra estar na primeira página, e ter realizado os agradecimentos junto conosco! Mas a vida não é como projetamos que seja infelizmente acontece contratempos ou imprudências como foi com você, entretanto é com alegria e saudade que dedicamos este Trabalho de Conclusão de Curso ao nosso “Anjo mais Velho”.

#### O Anjo Mais Velho

"O dia mente a cor da noite  
E o diamante a cor dos olhos  
Os olhos mentem dia e noite a dor da gente"

Enquanto houver você do outro lado  
Aqui do outro eu consigo me orientar  
A cena repete a cena se inverte  
Enchendo a minh'alma d'aquilo que outrora eu deixei de acreditar

Tua palavra, tua história  
Tua verdade fazendo escola  
E tua ausência fazendo silêncio em todo lugar

Metade de mim  
Agora é assim  
De um lado a poesia, o verbo, a saudade  
Do outro a luta, a força e a coragem pra chegar no fim  
E o fim é belo incerto... depende de como você vê  
O novo, o credo, a fé que você deposita em você e só

Só enquanto eu respirar  
Vou me lembrar de você  
Só enquanto eu respirar

#### O Teatro Mágico

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar as contribuições que o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos propicia no cotidiano dos sujeitos que o qual atende. O Serviço avaliado é executado pelo Centro de Apoio à Família, uma ONG mantida pela Sociedade Civil Lar dos Meninos, e está localizado no bairro Parque dos Pinheiros, no Município de Álvares Machado, um território marcado por diversas vulnerabilidades. Para a realização do respectivo estudo foi utilizada pesquisa bibliográfica e de campo, de cunho quantitativo e qualitativo, a qual permitiu que fosse possível realizar uma aproximação da realidade posta no território a qual foi realizado a pesquisa. Para a realização da pesquisa de campo, os sujeitos entrevistados foram os responsáveis das crianças e adolescentes que estão inseridos no serviço desenvolvido pelo CAF, e foram entrevistadas com perguntas semi-estruturadas. Após a realização da pesquisa foi possível notar que o CAF exerce grande influência no território, e contribui para a superação de situações de vulnerabilidade social que essas famílias vivenciam em seu cotidiano. Por fim foi possível concluir que é de extrema importância a realização de um trabalho social com as famílias dessas crianças e adolescentes, promovendo assim o acesso aos direitos sociais a qual tem direitos.

**Palavras Chave:** Assistência Social. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Vulnerabilidades. Centro de Apoio à Família. Trabalho

## ABSTRACT

This research aims to present the contributions that the Service Coexistence and strengthening linkages provides in everyday subjects which meets. The rated service is run by the Center for Family Support, an NGO maintained by Civil Society Home for Boys, and is located in Park neighborhood of Pinheiros, in the Municipality of Alvares Machado a territory marked by multiple vulnerabilities. For the realization of their study literature and field research, quantitative and qualitative nature, which allowed it to be possible to make an approximation of reality brought to the territory in which the research was conducted was used. For conducting field research, the interviewees were the heads of children and adolescents who are included in the Service developed by the CAF, and were interviewed with semi-structured questions. After the research was possible to note that the CAF has great influence in the territory, and contributes to the overcoming of social vulnerability that these families experience in their daily lives. Finally it was concluded that it is extremely important to conduct a social work with families of these children and adolescents, thus promoting access to social rights which have rights.

**Keywords:** Social Assistance. Services and Strengthening Linkages Coexistence. Vulnerabilities. Family Support Center. Social work.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CADSUAS - Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social

CADÚNICO - Cadastro Único

CAF - Centro de Apoio à Família

CBIA - Centro Brasileiro para Criança e Adolescência

CEME - Central de Medicamentos

CF – Constituição Federal

CIB - Comissão Intergestora Bipartite

CIT - Comissão Intergestora Tripartite

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

DF – Distrito Federal

DATAPREV - Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

FONSEAS - Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência social

Fórum DCA – Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAMPS- Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

LA - Liberdade Assistida

LADOME - Lar dos Meninos

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB - Lei de Diretrizes e Bases  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MBES – Ministério de Bem Estar Social  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social  
NIS - Número de Identificação Social  
NOB – Norma Operacional Básica  
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social  
NOB/SUAS/RH – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social e de Recursos Humanos  
SEASDH - Secretária de Estado Assistência Social e Direitos Humanos  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria  
SESI – Serviço Social da Indústria  
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social  
SISC - Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social  
SPH - Secretaria de Promoção Humana  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
ONG - Organização Não Governamental  
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família  
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos  
PETI - *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*  
PMDE- Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PSB- Proteção Social Básica  
PSC - Prestação de Serviços à Comunidade  
PSE- Proteção Social Especial  
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens  
UBS – Unidade Básica de Saúde

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

### TABELA

TABELA 1 – Principais marcos da Assistência Social No Brasil .....	20
TABELA 2 – Níveis de Gestão.....	31
TABELA 3 – Vigilância Socioassistencial.....	32
TABELA 4 – Gestão de Informação.....	32
TABELA 5 – Gestão de Trabalho.....	33
TABELA 6 – Passo a Passo do Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais..	75
TABELA 7- Acesso a Serviço Básicos.....	102

### GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Perfil dos Entrevistados.....	89
GRÁFICO 2 – Religião.....	90
GRÁFICO 3 – Escolaridade.....	91
GRÁFICO 4 – Etnia.....	92
GRÁFICO 5 – Estado Civil.....	93
GRÁFICO 6 – Situação Ocupacional.....	93
GRÁFICO 7 – Motivo para Constituir Família.....	94
GRÁFICO 8 – Bairro.....	97
GRÁFICO 9 – Tempo de Moradia no bairro.....	97
GRÁFICO 10 – Como se Sente no Bairro .....	98
GRÁFICO 11 – Gostaria de mudar.....	99
GRÁFICO 12 – Imagem do bairro .....	99
GRÁFICO 13 - Uso de bebida alcoólica.....	100
GRÁFICO 14 – Moradia.....	100
GRÁFICO 15 - Pessoas que moram no domicílio.....	101
GRÁFICO 16 - Transferência de renda.....	102
GRÁFICO 17 – Relacionamento com os filhos .....	106

GRÁFICO 18 – Tempo com os filhos .....	106
GRÁFICO 19 - Procurou o CAF por Busca espontânea ou encaminhamento.....	109
GRÁFICO 20 – Avaliação do Trabalho do CAF .....	110
GRÁFICO 21 – Frequencia à Escola .....	112
GRÁFICO 22 - Reunião na UBS.....	114
GRÁFICO 23 – Reunião no CRAS.....	115

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2-OS AVANÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>18</b>
2.1 Breve Histórico da Política de Assistência no Brasil e seus principais marcos.....	18
2.2 A Assistência Social não mais como benefício, e sim como Direito. As transformações que a Constituição Federal propiciou na esfera dos direitos sociais.....	23
2.3 As transformações na trajetória da Lei Orgânica da Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social.....	34
2.4 Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único da Assistência Social.....	37
2.5 Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único da Assistência Social.....	44
<b>3 A PROTEÇÃO SOCIAL NO CENÁRIO BRASILEIRO .....</b>	<b>50</b>
3.1 PROTEÇÃO SOCIAL.....	50
3.2 Proteção Social e seu modelo não contributivo.....	56
3.3 O Objeto da Proteção Social no âmbito da Assistência Social.....	58
3.4 Vulnerabilidade e Risco Social: Incidências de Violações e Necessidades de Proteção da População.....	59
3.5 Território.....	63
<b>4 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NAS POLITICAS SOCIAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>67</b>
4.1 Família na Contemporaneidade: As Mudanças que Ocorreram no Âmbito Familiar.....	67
4.2 Trabalho Social com Famílias.....	71
4.3 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no âmbito Familiar.....	75
<b>5 AS CONTRIBUIÇÕES QUE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE DESPROTEÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>83</b>
5.1 Metodologia da Pesquisa.....	84

5.2 Centro de Apoio à Família.....	87
5.3 As Contribuições que o CAF Através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Propiciou nos Cotidianos das famílias que se encontram em situação de desproteção social.....	89
5.4 Território, Pertencimento e Proteção Social.....	95
5.5 Os impactos que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos propicia no cotidiano das famílias atendidas.....	107
5.6 Participação Social.....	113
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>120</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade discutir a importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos desenvolvidos pelo Centro de Apoio à Família, no território Jardim Panorama e Parque dos Pinheiros, no Município de Álvares Machado.

O interesse pelo tema se deu por indagações das autoras com relação às contribuições que esse serviço traz para essas famílias que são atendidas, como também quanto à importância desse serviço se expandir para o atendimento com as famílias dessas crianças e adolescentes.

O objeto de estudo da pesquisa enfoca os indivíduos e suas respectivas famílias que se encontram em situação de desproteção social, e a importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o processo de prevenção e superação de situação de vulnerabilidade e risco social.

Dessa forma, o objetivo do presente trabalho centra-se em analisar o serviço desenvolvido pelo Centro de Apoio à Família, bem como expandir o mesmo para as famílias das crianças/adolescentes e apresentar indicadores relacionados ao serviço desenvolvido.

A pesquisa possibilitou uma aproximação da realidade desses sujeitos atendidos e uma compreensão das demandas que os mesmos portam, relacionando, assim, com as condições e o território a qual são pertencentes.

Algumas hipóteses levantadas pelas autoras referem-se diretamente ao serviço executado pelo Núcleo, sendo que o CAF (Centro de Apoio à Família) contribui no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários das famílias em situação de desproteção social.

Outra hipótese é que as crianças e adolescentes que frequentam o núcleo tiveram uma melhora no desempenho escolar e com isso contribuiu para a permanência deles tanto na escola quanto no Serviço de Convivência.

Outra conjectura levantada é que as famílias das crianças e adolescentes que são atendidas no serviço estão satisfeitas, e reconhecem a importância das ações executadas pelo CAF, entretanto há necessidade de um trabalho com todos os membros da família, ou seja, trabalhar todo o núcleo familiar.

A metodologia utilizada para a realização do presente estudo foi baseada em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica e documental possibilitou uma maior compreensão acerca da trajetória histórica da Política de Assistência Social, focando no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

A pesquisa de campo foi de cunho qualitativo e quantitativo, a qual se aprofundou em levantar o perfil das famílias atendidas, a relação que as entrevistadas têm com o território; foram levantados indicadores relacionados ao acesso a direitos sociais, o grau de participação social no local que residem e a avaliação do serviço desenvolvido pelo CAF.

Na pesquisa de campo utilizou-se da técnica de pesquisa semi-estruturada com os responsáveis das crianças e adolescentes atendidas pelo CAF. Através da entrevista foi possível identificar a importância que esse serviço tem no território e frisou indagações das autoras com relação a um possível trabalho com famílias dessas crianças e adolescentes.

É importante ressaltar que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é uma excelente ferramenta para o exercício da cidadania e o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos atendidos para que, assim, consigam superar as situações de desproteção social vivenciada no cotidiano.

O referido trabalho, além da introdução e conclusão, encontra-se dividido em quatro capítulos. O primeiro aborda acerca dos avanços da política de assistência social, pontuando um breve histórico de sua trajetória e seus principais marcos. A Assistência Social passou por inúmeras transformações, partindo do pressuposto de caridade para uma política pública de quem dela necessitar.

Este item aborda, ainda, as transformações ocorridas na Lei Orgânica da Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social.

O capítulo seguinte traz conceitos com base na proteção social no cenário brasileiro, trazendo seus marcos e as mudanças ocorridas em suas esferas; traz uma discussão acerca da proteção social e seu modelo não contributivo, destacando que a proteção é para todos, independente de contribuição.

Ainda neste capítulo abrange-se o objeto da proteção social e em seguida os conceitos relacionados à vulnerabilidade e risco social, sendo estes

fatores que contribuem para incidências de violações e necessidades de proteção da população.

O terceiro capítulo faz considerações sobre a importância da família nas políticas sociais da assistência social, apresentando conceitos sobre família e trabalho social. No outro subitem, presente neste capítulo, apresenta-se as mudanças que ocorreram no âmbito familiar, as transformações sociais ocorridas e os novos arranjos familiares na era contemporânea; em seguida foi discorrido sobre a importância do trabalho social com famílias, ressaltando que trabalhar com as famílias possibilita uma maior transformação com equidade e efetividade na vida dos sujeitos. Por fim, neste mesmo capítulo abrange-se acerca do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Âmbito Familiar.

O último capítulo apresenta as entrevistas com os responsáveis das crianças e adolescentes atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos desenvolvido pelo CAF, com o objetivo de avaliar as ações desenvolvidas e ressaltar a importância desse mesmo trabalho com todos os membros do núcleo familiar dessas crianças/ adolescentes.

Por fim, foram apresenta-se as conclusões que o grupo obteve a partir do referido estudo, destacando a importância das ações desenvolvidas pelo CAF, sendo que o mesmo está localizado em um território marcado por inúmeras vulnerabilidades sociais; dessa forma a implantação deste núcleo foi estratégico, pois embora não seja um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e sim uma Organização Não Governamental mantida pela Sociedade Civil Lar dos Meninos, ele possui as mesmas características de um órgão público que desenvolve serviços socioassistenciais no que se refere à sua localização.

Poderá ser observada, através da pesquisa de campo realizada com os responsáveis pelas crianças e adolescentes que estão inseridas no Serviço, que o Núcleo é referência no território e que é fundamental a implantação de um trabalho social com famílias, pois o trabalho com apenas um indivíduo pode trazer mudanças, entretanto um trabalho com todo seu contexto familiar pode trazer grandes transformações na vida desses sujeitos possibilitando assim a materialização de respostas profissionais sustentáveis.

## **2 OS AVANÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a trajetória histórica da Política de Assistência no Brasil, partindo da década de 1930 abordando toda a influência histórico-cultural de cada época no decorrer de sua construção.

Desta forma abordará toda construção da Política de Assistência, juntamente com seus marcos, conquistas, lutas e manifestações para que, assim, os direitos de todos indivíduos e suas famílias fossem garantidos e efetivados com qualidade.

Para uma melhor compreensão desse contexto desafiador serão apresentadas tabelas com as principais conquistas que a Assistência Social abrangeu a partir da promulgação da Constituição Federal de 1938.

### **2.1 Breve Histórico da Política de Assistência no Brasil e seus Principais Marcos**

Para uma melhor compreensão da Política de Assistência Social no Brasil é importante destacar seus principais marcos, e essa concepção parte de 1930 quando a assistência social era executada através dos ideais cristãos, com o pensamento da caridade, bondade e realizada como uma forma de ajudar ao próximo.

O Serviço Social aparece de uma necessidade do Estado para dar respostas às múltiplas expressões da questão social, que tem como origem o conflito entre capital-trabalho, e então surge a urgência de criar instrumentos para essa mediação: as políticas sociais.

De acordo com o texto para fins didáticos, Canhoto ressalta que a partir de 1930: [...] o governo passa a reconhecer a existência de graves problemas sociais e aprova diretrizes para o atendimento aos desvalidos, à maternidade e infância.

No início, e em muitas situações até hoje, as políticas sociais eram vistas como benefício, como um favor do “bondoso” Estado, e não como um direito de todos e dever do Estado, conforme afirma Sposati (2009, p.29):

É o mecanismo social que configura a exclusão enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito. Mas, contraditoriamente, ao excluir, inclui, enquanto forma de atendimento das suas necessidades sociais na sociedade capitalista.

É nítido que o Serviço Social é uma profissão que atua em campos contraditórios, no qual para conseguir incluir o cidadão primeiro tem que colocá-lo em uma situação de beneficiário; logo, ao mesmo tempo em que inclui, o exclui, e assim há uma dialética constante.

A partir disso pode-se afirmar que o Estado teve como principal objetivo utilizar das políticas sociais para conseguir manter o controle social em relação à classe subalterna; mas mesmo com essa afirmativa presente nos dias atuais, a Política Social passou por algumas transformações que de princípio, segundo Sposati (2009, p. 29):

A introdução de políticas sociais calcadas no modelo assistencial consagra formas populistas de relação e benevolência enquanto forma de atendimento às necessidades de reprodução da sobrevivência das classes subalternizadas.

Logo se identifica de onde vem o pensamento que a Política Social é uma bondade para a classe subalterna, e não um direito de todos que necessitem dos serviços, independente de classe. Ainda de acordo com Sposati (2009, p. 30):

Atestar o grau de carência passa a ser uma preocupação básica. E ela o “passaporte” para o ingresso ao aparato das exigências institucionais. E aqui reside, inclusive, uma das funções persistentes dentre as atribuições dos assistentes sociais: a triagem socioeconômica. O assistente social é o profissional legitimado para atribuir o grau de carência do “candidato” a usuário e o Serviço Social é a tecnologia que dá conta da racionalidade desse processo.

A Política Social era vista como instrumento que atribui o grau de “carência” para que o usuário receba de fato o atendimento que necessite, e não sendo visto como um instrumento que está para garantir que os direitos sociais sejam efetivados, independente se o usuário é “carente” ou não.

Outro fator importante a ser levantado em relação à política social e aos demais serviços públicos é a questão da má qualidade de prestação de serviços, pois o próprio funcionário que atua nos serviços públicos tem dificuldade em entender que não está ali para prestar um favor aos “pobres” e que todos possuem direitos assegurados pela Constituição e outras Políticas; não compreende que recebe para prestar seus serviços e os usuários são seus clientes que merecem atenção e respeito como qualquer outro local. Por fatores anteriores, o Serviço Social ainda é visto por algumas pessoas que tem pensamento no senso comum como a profissão que atribui o grau de “carência” para ofertar o atendimento necessário e não como uma profissão que está para garantir que os direitos sociais sejam garantidos e efetivados.

Entretanto ainda na trajetória da Política de Assistência Social, o Estado tem a necessidade de dar respostas aos problemas sociais presentes em meados da década de 1930; sendo assim, junto à sociedade civil toma partido para algumas ações.

A tabela 1 apresenta alguns marcos da Política de Assistência Social no Brasil.

**Tabela 1** Principais marcos da Assistência Social No Brasil

Ano	Marcos Legais
1938	Criação do Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS)
1942	Instituída a Legião Brasileira da Assistência (LBA)
1985	Construção do modelo de Seguridade Social no Brasil
1988	Promulgação da Constituição Federal (CF)
1993	Criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)
1994	Estudos para a Construção de uma redação preliminar da Política Nacional da Assistência Social (PNAS)
1995	Realização da I Conferência da Assistência Social

1997	Proposta Preliminar para a Construção da PNAS
1997	Criação da I Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB)
1998	Formulação (PNAS)
1998	Criação da II NOB
2003	Realização da IV Conferência da Assistência Social e aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
2004	Aprovação da nova PNAS
2005	Implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e a criação da NOB/SUAS
2006	Construção da Norma Operacional Básica – Recursos Humanos NOB-RH/SUAS
2009	Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais
2010	NOB/SUAS Aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais
2011	Regulamentação do SUAS
2012	NOB/SUAS
2013	Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais

Fonte: OLIVEIRA et al, 2011, p. 19, e acréscimos elaborados pelas autoras 2014.

O primeiro marco foi em 1938, quando foi instituída a criação do Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS), com sua primeira regulamentação em 1938, e que de acordo com o Decreto 525, de 01 de Julho de 1938:

Art. 1º O Conselho Nacional de Serviço Social (C. N. S. S.) tem por função, como órgão coordenador, estudar, em todos os seus aspectos, os problemas de assistência e do serviço social e, como órgão consultivo e cooperador, assistir os poderes públicos e entidades privadas, em tudo quanto se relacione com o assunto.

O Conselho Nacional tem a função de fiscalizar, orientar e coordenar os serviços prestados pela assistência; e para as entidades receberem subvenções das esferas do governo é necessário estar inscrito e obter o certificado do CNSS. Outro fator importante que ocorreu foi no ano de 1942, quando foram criadas duas instituições (SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, e SESI – Serviço Social da Indústria), que de acordo com o texto para fins didáticos de Canhoto Gonçalves, tinha como objetivo:

[...] organizar e administrar em âmbito nacional as escolas de aprendizagem para industriários e prestar serviço de assistência aos trabalhadores e seus familiares mediante auxílio, benefícios e subsídios. Modelo que surge para atender às exigências da sociedade urbano-industrial; ao qual não terá acesso a população mais pobre que permanecerá sob os cuidados da filantropia privada.

Também na década de 1942 foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tinha como finalidade atender as famílias dos soldados que foram enviados para a Segunda Guerra Mundial. Quem desenvolvia as ações dessa legião era a primeira dama da época, daí a origem do primeiro damismo, com ações de caráter assistencialista. Logo no ano de 1946, a LBA teve um grande avanço que de acordo com texto para fins didáticos de Canhoto:

[...] os seus estatutos passam a atingir 90% dos seus municípios brasileiros, criando unidades de prestações de serviços como creche, lactários, maternidades e hospitais infantis, sempre em mútua colaboração com a sociedade civil.

Logo se vê que o objetivo central da Legião era sempre trabalhar em prol da sociedade civil, porém com uma visão ainda de assistencialismo.

Diante deste fato, com a instituição da LBA a Política de Assistência no Brasil passou por diversas dificuldades, até ser instituída como política pública, pois ainda era vista como ações caridosas, e caridade qualquer um podia fazer, não precisava estar instituída em lei, não era vista como um mecanismo de viabilização de direitos.

Outro marco que esteve indiretamente ligado a trajetória da Política Social no Brasil foi no ano de 1964, quando a sociedade brasileira passava por uma nova transformação em seu cenário com a chegada da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), que era uma Fundação para crianças e adolescentes

que cometiam atos infracionais, também conhecidos como menores infratores, e que “merecia” pagar pela ação cometida que foi contra a conduta moral para se viver em sociedade.

Em 1977, a LBA e FUNABEM começaram a fazer parte do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que de acordo com a Lei 6439/77 de 1º de setembro de 1977, tinham as seguintes entidades como integrantes:

**Art 4º** - Integram o SINPAS as seguintes entidades:

**I** - Instituto Nacional de Previdência Social - INPS;

**II** - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS;

**III** - Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA;

**IV** - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor FUNABEM;

**V** - Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV;

**VI** - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS.

**§ 1º** - Integra, também, o SINPAS, na condição de órgão autônomo da estrutura do MPAS, a Central de Medicamentos - CEME.

No ano de 1985 foi criado um modelo de seguridade social, partindo do princípio do tripé, e quem o constitui é a assistência, saúde e previdência. Anos seguintes, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal a qual trouxe consigo diversas transformações no cenário brasileiro, principalmente no âmbito dos direitos sociais, sendo uma delas o reconhecimento da Política de Assistência como pública e dever completo do Estado; entretanto este conteúdo será abordado com mais especificidade no próximo tópico.

## **2.2 A Assistência Social não mais como Benefício, e sim como Direito. As Transformações que a Constituição Federal Propiciou na Esfera dos Direitos Sociais.**

A Assistência Social é dever do Estado e direito de todos independentes de raça, cor, etnia, religião e, de acordo com a Cartilha Introdução à Política Pública de Assistência Social (2011, p.3):

A construção do direito à Assistência Social é recente na história do Brasil. As questões sociais estiveram ausentes das formulações de políticas no país até a promulgação da Constituição Federal de 1988, que inaugurou uma nova concepção para a Assistência Social através da propositura de um padrão de proteção social afirmativo de direitos na superação do histórico de práticas laicas, caritativas e clientelistas. Ao incluí-la no tripé da Seguridade Social junto à Saúde e Previdência Social, a Carta Magna legitimou a Assistência Social no campo dos direitos, da universalização do acesso e da responsabilidade estatal.

Dentre esses direitos ampliados na Constituição Federal, destaca-se a Seguridade Social, sendo a junção de diversas políticas, como Saúde Previdência e Assistência e tem por objetivo, além de assegurar o acesso aos direitos, efetuar proteção social a todos.

A Constituição Federal trás algumas diretrizes para a legitimação dos direitos, que de acordo com Behring (2007, pg. 71), são a universalidade, equidade, distributividade, uniformidade e diversidade na base de financiamento.

Dentre outros elementos da seguridade temos a saúde, que constitui um tripé junto com Previdência e Assistência Social, e de acordo com o Artigo 196 da Constituição Federal de 1988:

[...] é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Sabemos que a saúde é um direito de todos; entretanto, o que ocorre em nosso cenário atual são os cidadãos com melhores condições optando para a saúde no âmbito privado, pois a pública não cumpre seu papel com qualidade e eficiência. Para afirmar tal fato, a Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (1995, pg. 67) cita que:

Sabemos, perfeitamente, das enormes dificuldades enfrentadas na área da saúde. As ações preventivas, que são fundamentais em termos de saúde pública, são praticamente inexistentes. Como consequência, a necessidades de maiores e mais onerosas demandas das ações da medicina curativa ou, mais apropriadamente da assistência médica, cujos resultados são bem menos eficazes.

A má qualidade dos serviços prestados a saúde pública é apenas uma singularidade; atrelada dessa demanda imediata surge à particularidade que trás

consigo outros fatores que levam o cidadão a utilizar da saúde, como, por exemplo, más condições de moradia, alimentação inadequada, não acesso aos mínimos do saneamento básico, entre outros fatores.

De acordo com a Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (1995, p. 69):

A saúde deve buscar da sua fonte originaria de financiamento, todos os recursos, que lhe são destinados e a sociedade deve exigir que o Tesouro Nacional exerça suas funções de repassador de recursos carimbados, não os retendo para uso indevido em gastos fora da suas finalidades. Há recursos disponíveis para a Saúde no Tesouro Nacional, o que não existe é vontade política de suprir a Saúde com o que lhe é devido.

A luta para melhoria dos serviços prestados na saúde é histórica e sempre com o mesmo fator para o agravamento do problema, que é a falta de recursos financeiros, ou a má administração do mesmo.

Já a Previdência Social é a única contributiva e são segurados apenas os empregados (trabalhadores), independente da profissão, mas que sejam contribuintes. A Previdência envolve benefícios, tais como aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial; os auxílios como doença, reclusão, morte, acidente e os salários maternidade e família. O único benefício que pode ser concedido sem nenhuma contribuição à previdência é o Benefício de Prestação Continuada, que é ofertado para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou idoso que nunca contribuiu e que tenha renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

De acordo com a Revista Previdência Social, tem por missão: “garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social.”

A previdência é assegurada a qualquer cidadão que contribui, independente de trabalhar com carteira assinada ou não, como por exemplo, os trabalhadores autônomos e as donas de casa, e que por alguma razão esteja incapacitado de trabalhar; é uma espécie de seguro que vai garantir a renda daquela família.

Atualmente, dentre os benefícios existem outros serviços prestados no âmbito da previdência social, sendo eles o Serviço Social, perícia médica e

Habilitação e Reabilitação Profissional e Social. A perícia médica visa avaliar o indivíduo e relatar se este está apto ou não para desempenhar suas funções como trabalhador; este serviço é gratuito, porém o indivíduo pode optar por ser atendido por um médico já conhecido.

O serviço de Habilitação e Reabilitação Profissional e Social é um serviço que proporciona ao sujeito, que por alguma razão ficou afastado de suas atividades no trabalho ou que seja deficiente físico, uma educação ou até mesmo uma “reeducação” para exercer as atividades no mercado de trabalho. Este também é um serviço gratuito, porém se o indivíduo passa por uma avaliação e for diagnosticado que tem a possibilidade para voltar ao mercado de trabalho, o uso desse serviço é obrigatório para esse sujeito.

E por fim o terceiro componente da Seguridade Social, a Assistência Social, que de acordo com Rodrigues (2007, p. 13)

A defesa da assistência social como direito da cidadania e, portanto, política pública de seguridade social não remonta a uma postura profissional messiânica, traço recorrente no serviço social, até mesmo em seus estratos de esquerda. Longe de qualquer ingenuidade ou mistificação, e se assenta numa análise rigorosa dos limites e possibilidades da resposta das políticas sociais, às desigualdades engendradas pelo sistema capitalista. ( Política de Assistência Social no Brasil: desafio para o Assistente Social)

Sendo assim, podemos ressaltar que a assistência social foi um instrumento que o estado solicitou para dar respostas às múltiplas expressões da questão social, presente no cenário brasileiro, mas também é uma via para viabilização dos direitos sociais.

O Serviço Social tem um compromisso com a sociedade, e para isso tem embasamento no Código de Ética (Lei 86662/93) e no Projeto Ético Político, os quais devem direcionar o profissional; é através destes instrumentais que se firma a ordem na profissão e dar maior respeito e segurança à sociedade.

Outro instrumento fortemente presente na Assistência é a Lei que regulamenta os serviços, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), criada no ano de 1993, é a Lei de número 8742/93, que visa a garantia de acesso aos serviços públicos e a proteção social a todos os cidadãos e que, de acordo com a Cartilha Introdução à Política Pública de Assistência Social (2011, p.4):

[...] a LOAS estabelece fundamentalmente que as provisões relativas à Assistência Social sejam compreendidas como garantia de cidadania sob responsabilidade do Estado. Nesta linha, reforça a competência estatal na promoção e articulação dos meios e recursos necessários para assegurar os direitos sociais nesta lei, universalizando a cobertura e o acesso aos serviços, programas e projetos previstos por ela.

A LOAS frisa a importância do Estado em assumir sua real responsabilidade e assegura a importância da articulação dos recursos repassados para a assistência. A LOAS traz consigo alguns objetivos fundamentais que, de acordo com o artigo 2º da Lei Orgânica da Assistência Social:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Este artigo visa ressaltar a importância das políticas sociais na vida dos indivíduos e suas famílias e a universalização dos direitos sociais.

A LOAS foi uma grande conquista no âmbito das políticas sociais e com ela vieram outras, como no ano de 1994 que foram realizados estudos para a construção de uma redação preliminar da Política Nacional da Assistência Social e, de acordo com OLIVEIRA (2011, p. 25):

[...] destacando os princípios, os objetivos, as diretrizes, o público alvo, o financiamento e a gestão da Política Nacional de Assistência Social. Esses estudos foram embasados na CF/88 e na LOAS/93, que tiveram, como principais órgãos atuantes para a construção, o Ministério de Bem-Estar Social (MBES), por meio da Secretaria de Promoção Humana (SPH), com contribuições da LBA, Coordenadoria Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (CORDE) e do Centro Brasileiro para Criança e Adolescência (CBIA).

Mais adiante, em 1995, houve a extinção da LBA, decisão que partiu do presidente na época, Fernando Henrique Cardoso, o qual alegou que essa Lei não tinha uma conduta ética, pois houve diversas denúncias de desvio de verbas. E assim todos os trabalhos realizados pelas primeiras damas se findaram, e os problemas sociais se agravaram ainda mais.

Entretanto no mesmo ano ocorreu a Primeira Conferência da Assistência Social, a qual teve como objeto de debate a PNAS, que de acordo com Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2005, s.p):

O objetivo geral da I Conferência Nacional foi o de avaliar a situação e propor diretrizes para aperfeiçoamento do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social.

O tema geral tratou da Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado e os subtemas analisados nos painéis e debates foram: sistema descentralizado e participativo; financiamento e relação público-privado na prestação de serviços da Assistência Social.

Esses debates foram até o ano de 1997, quando ocorreu a Proposta Preliminar para a Construção da PNAS, a qual frisa como devem ser as ações desenvolvidas pela assistência e de que forma; a partir desse contexto foi criada a Primeira NOB que, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, se deu pela:

Resolução CNAS n.º 204, de 04/12/1997, e reuniu em um único documento o processo de descentralização Político-Administrativo nas esferas de Governo e a Sistemática Operacional para financiamento das Ações.”

A Norma Operacional Básica (NOB/97) trouxe consigo a idéia de um sistema descentralizado e participativo, que de acordo com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social (2005, p.16):

[...] estabelecendo condições para garantir sua eficácia e eficiência, explicitando uma concepção norteadora da descentralização da Assistência Social. Ademais, ampliou o âmbito das competências dos níveis de governo com a gestão da política, sem, entretanto, delimitá-las. Propôs a criação de uma Comissão Tripartite, de caráter consultivo, com representantes dos três níveis de governo, para discutir e pactuar acerca dos aspectos relativos à gestão da política. Dessa forma, o modelo de gestão foi fundado nas relações intergovernamentais, como estratégia capaz de revisar o papel do Estado no campo da Assistência Social.

Essa NOB, assim denominada, frisa a questão de uma administração descentralizada nas três esferas de Governo, sendo elas Federal, Estadual e Municipal.

Em seguida, no ano de 1998, criou-se a PNAS, tornando uma grande conquista no cenário brasileiro, pois a partir daí se efetivou a questão do cidadão ser

um sujeito de direitos, principalmente aqueles que viviam em condições de extrema pobreza ou com precariedade. Seguida dessa grande conquista advém, então, a Segunda Norma Operacional Básica (NOB/II), que veio com o objetivo de avançar a NOB I, em ampliar as ações descentralizadas.

A NOB II, segundo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional De Assistência Social (2005, p.17):

[...] ampliou a regulação da Política Nacional de 1998 e seu projeto de reforma do âmbito da Assistência Social, de acordo com as concepções norteadoras que definiram as diretrizes básicas para sua consecução. Também, conceituou e definiu estratégias, princípios e diretrizes para operacionalizar a Política Nacional de Assistência Social de 1998. Explicitou a diferenciação quanto ao financiamento dos serviços, programas e projetos. Para os serviços, o recurso financeiro seria repassado de forma regular e automática, a partir da transferência do Fundo Nacional para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais. Os demais, por seu caráter não continuado, permaneceriam utilizando o modelo convencional [...]

[Com essa NOB aumentaram as atribuições do CNAS, e criou-se espaços para discutir sobre as ações desenvolvidas na assistência, conhecidos Comissão Intergestora Tripartite (CIT) e Comissão Intergestora Bipartite (CIB)]. A NOB é um instrumento que regulamenta, normatiza as negociações nos três níveis de governo.

Contudo os avanços no âmbito social não pararam por aqui; no ano de 2003 ocorreu a IV Conferência da Assistência Social e a aprovação do SUAS que, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, teve por objetivo “avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, em especial os avanços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”.

Seguindo a trajetória da história dos avanços na esfera social, no ano de 2004 foi aprovada, através do CNAS, a PNAS, que visa garantir os mínimos sociais a população brasileira, garantindo a efetivação dos direitos sociais, e seu público alvo são cidadãos que se encontram em situação de risco.

Com a implantação da PNAS, surge então a NOB/SUAS no ano de 2005, que segundo a Secretária de Estado Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH (s.a, s.p):

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) organiza, para todo o território nacional, os princípios e diretrizes de descentralização da gestão e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios inerentes à Política de Assistência Social. Seu conteúdo orienta o desempenho dos diferentes atores do Sistema, definindo ainda o papel dos entes federados e as responsabilidades das instâncias de pactuação e deliberação do sistema.

A NOB/SUAS visa regulamentar as ações instituídas pela PNAS, estabelecendo padrões nos atendimentos e de forma descentralizada. Atualmente a NOB que regulamenta a Política Nacional de Assistência Social, é a NOB/SUAS.

Seguindo os marcos históricos destaca-se, no ano de 2006, a construção da NOB/Recursos Humanos que veio para regulamentar funções, e promover o entendimento aos trabalhadores do SUAS com relação aos serviços prestados .

No âmbito de recursos humanos no ano de 2009 foi aprovada a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; esta veio para organizar os serviços por níveis de complexidade do SUAS, sendo eles a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Já no ano de 2010, ocorreram alterações na NOB, de acordo com o Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado de Assistência Social (2010, s.p)

[...] é importante afirmar que a nova NOB/10 não se restringe a aspectos técnicos. Ela avança na perspectiva da pactuação de patamares de aprimoramento da gestão, superando relações cartoriais e valorizando aspectos que já permitiram avanços na implantação do SUAS. O que requer o fortalecimento da capacidade gestora das esferas de governo, especialmente de estados e municípios.

Essa NOB teve o intuito de qualificar a gestão e repactuar compromissos.

No ano de 2011 foi realizada a regulamentação do SUAS, com o projeto de Lei 189/10, conhecido também como PL/SUAS; foi regulamentado em 2011 conhecido agora como Lei 12.435/2011; sendo assim agora o SUAS oferta aos indivíduos em situação de vulnerabilidade aos serviços desenvolvidos pela assistência.

Por fim, finalizando os marcos ocorridos no âmbito da Política de Assistência, destaca-se a NOB/2012, que trouxe diversas alterações no SUAS. De acordo com a Resolução nº 33 do CNAS (2012, s.p) ela foi aprovada em dezembro

de 2012, passando a vigorar em 01 de Janeiro de 2013. A nova NOB traça os quatro eixos estruturantes do SUAS, sendo eles, a Gestão, Rede Socioassistencial, Cofinanciamento e o Controle Social.

A principal alteração diz respeito ao Planejamento, tendo o caráter indutor de aprimorar a gestão do âmbito do sistema único de todos os territórios: municipal, estadual e no âmbito federal. A novidade da NOB/2012 é estabelecer o acordo entre os municípios e o Sistema, oferecendo maior inovação no âmbito do planejamento. Portanto, a necessidade dessa NOB/2012 foi para atualizar a NOB/2005, pois ocorreram adequações na LOAS e outros instrumentos normativos.

Para uma melhor compreensão será apresentado a tabela 2 com informações extraídas da Confederação Nacional de Municípios.

**Tabela 2** Níveis de Gestão

	<b>NOB SUAS 2005</b>	<b>NOB SUAS 2012</b>
<b>Níveis de gestão</b>	Havia a divisão por níveis de gestão, classificados como inicial básica e plena. Os Municípios eram agrupados de acordo com o número de ações, programas e serviços ofertados.	Os Municípios serão classificados a partir do Índice de Desenvolvimento do SUAS – ID SUAS, que será composto por um conjunto de indicadores de gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais apurados a partir do Censo SUAS.

Fonte: Confederação Nacional de Municípios, tabela elaborada pelas autoras, 2014

De acordo com as informações acima, nota-se que os Municípios não são mais agrupados de acordo com o número de programas desenvolvidos, mas sim a partir do Censo realizado pelo SUAS.

Com relação à Vigilância, tiveram as seguintes transformações, abordadas abaixo, ainda segundo informações extraídas da Confederação Nacional de Municípios.

**Tabela 3** Vigilância Socioassistencial

	<b>NOB SUAS 2005</b>	<b>NOB SUAS 2012</b>
<b>Vigilância Socioassistencial</b>	Conceituava a vigilância socioassistencial, delimitando o escopo de suas ações, porém não deixava claro como seria operacionalizada.	Cria a obrigação de instituir a área da vigilância socioassistencial vinculada aos órgãos gestores da política de assistência social, dispondo de recursos de incentivo à gestão para sua estruturação, desenvolvimento de atividades, manutenção e delimita as responsabilidades dos entes.

Fonte: Confederação Nacional de Municípios, tabela elaborada pelas autoras, 2014

Com o reajustamento dos serviços padronizados pelo SUAS, a vigilância agora está vinculada aos órgãos da política de assistência, como o CRAS, e nesse aspecto engloba monitoramento e avaliação. Com relação à Gestão da Informação, ainda de acordo com a Confederação Nacional de Municípios:

**Tabela 4** Gestão de Informação

	<b>NOB SUAS 2005</b>	<b>NOB SUAS 2012</b>
<b>Gestão de Informação</b>	Criou a Rede SUAS e delimitou os objetivos e abrangência da gestão da informação.	Atribui responsabilidades aos Entes, e prevê a destinação de recursos financeiros e técnicos para a sua consolidação.

Fonte: Confederação Nacional de Municípios, tabela elaborada pelas autoras, 2014

A Gestão de Informação possui a função de construir elementos que possam dar condição de operações para a gestão do SUAS, criando estratégias,

organizando, armazenando, disseminando dados através da tecnologia da informação. A seguir uma breve abordagem sobre a Gestão do Trabalho conforme a Consideração Nacional de Município:

**Tabela 5** Gestão de Trabalho

	<b>NOB SUAS 2005</b>	<b>NOB SUAS 2012</b>
<b>Gestão de Trabalho</b>	<p>Não fazia menção especificamente sobre gestão do trabalho no SUAS. Posteriormente foi publicada a NOB/ RH /SUAS 2006 que orientava ação de gestores das três esferas de governo, trabalhadores e representantes das entidades de assistência social.</p>	<p>Institui, na estrutura administrativa, um setor ou equipe responsável pela gestão e valorização do trabalho e do trabalhador no âmbito do SUAS. As despesas deverão estar expressas no orçamento e financiamento da política de assistência social.</p>

Fonte: As autoras, 2014

A Gestão do Trabalho busca valorizar o trabalhador no âmbito do SUAS, de forma que este venha melhorar a qualidade e eficiência dos serviços prestados à população. Desta maneira, são estipuladas algumas diretrizes para que possa alcançar profissionais motivados e dispostos a realizar um bom trabalho como está especificado no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2009, s.p): “a realização de concurso público; a instituição de avaliação de desempenho; a instituição e implementação de Plano de Capacitação e Educação Permanente com certificação”, entre outras.

### **2.3 As Transformações na Trajetória da Lei Orgânica da Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social**

A partir da CF de 1988 a Assistência Social teve grandes avanços legais e esses avanços se consolidam a partir da criação do SUAS e da criação da LOAS. Contudo a LOAS surge em 1993 para atender a população com ações de qualidade e regulamentar os serviços prestados pela assistência.

A LOAS, no decorrer de sua trajetória, passou por algumas alterações, como no ano de 2013 com a readequação do BPC (Benefício de Prestação Continuada), e novos conceitos de família e pessoas com deficiência, citados no SUAS em função dos benefícios socioassistenciais.

De acordo com alteração realizada no ano de 2013, o art. 2º trata dos objetivos da Assistência Social e visa à proteção e prevenção de ocorrências de danos e riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
  - b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
  - c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
  - d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
  - e) a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
- II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. (BRASIL, 2014)

Este artigo visa atender a toda população, desde crianças até a pessoa idosa, sem discriminação de etnia ou classe social, garantindo, desta maneira, acesso a direitos sociais como, por exemplo, uma renda mensal destinada ao idoso e a pessoa com deficiência que se encontra em situação de vulnerabilidade, (este benefício é conhecido como o BPC). Visa, também, diagnosticar através da vigilância socioassistencial múltiplas expressões da questão social presentes no território.

Ainda no art. 6º surgiram novas alterações no modelo de gestão, passando de ações focalizadas e emergenciais para um sistema descentralizado e

participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas) com o objetivo de:

- I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
- II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C;
- III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
- IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
- V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
- VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e
- VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos. (BRASIL,2014)

Os art. 6ºA, 6ºB, 6ºC, 6º D trazem a organização dos tipos de Proteção Social Básica e Especial, onde são ofertados os serviços, as instalações do CRAS e CREAS (centro de referência especializa da assistência social), sendo citados os tipos de proteções e seus conceitos no item anterior, já o artigo 6º E refere-se:

Os recursos do cofinanciamento do Suas, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo CNAS.

Parágrafo único. A formação das equipes de referência deverá considerar o número de famílias e indivíduos referenciados, os tipos e modalidades de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários, conforme deliberações do CNAS. (BRASIL,2014)

Este artigo visa esclarecer que as ações desenvolvidas na assistência poderão ser cofinanciadas pelo SUAS, até mesmo os pagamentos dos profissionais da equipe. Outras das principais alterações estão no § 2º do art. 20 da Lei 12.435/11 em relação ao conceito de pessoa com deficiência:

- I - pessoa com deficiência: aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas;
- II - impedimentos de longo prazo: aqueles que incapacitam a pessoa com deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. (BRASIL, 2014)

A LOAS de 1993 excluía da composição familiar os filhos e irmãos maiores de 21 anos e, atualmente, mesmo se for solteiro, independente da idade eles são incluídos; neste artigo é desmistificado o que é a pessoa com deficiência e impedimentos de longo prazo.

Outro artigo que sofreu modificações é o 22 em relação aos benefícios eventuais:

“Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.”

Os benefícios eventuais são destinados a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, de caráter provisório e complementar, a qual a família não teve condições por um determinado momento de prover o seu sustento e, se for elaborado um trabalho com os mesmos através dos benefícios, pode-se promover a autonomia e potencializar esses indivíduos.

Com relação ao financiamento da Assistência Social:

Art. 30-A. O cofinanciamento dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais, no que couber, e o aprimoramento da gestão da política de assistência social no Suas se efetuam por meio de transferências automáticas entre os fundos de assistência social e mediante alocação de recursos próprios nesses fundos nas 3 (três) esferas de governo.

Art. 30-B. Caberá ao ente federado responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Art. 30-C. A utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento. (Brasil, 2014)

Essas mudanças são frutos de diversas discussões que, ao decorrer dos anos, foram necessárias por conta das múltiplas transformações decorrentes da sociedade.

O item a seguir tem por finalidade abordar a trajetória da PNAS, seus marcos, objetivos e o público alvo que irá atender.

## 2.4 Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único da Assistência Social

A PNAS foi uma política criada com intuito de garantir os mínimos sociais à população brasileira, e segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2009, s.p):

É uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócio-territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção.

A PNAS vem para garantir que os direitos sociais sejam efetivados com qualidade, de forma igualitária e padronizados, trazendo consigo alguns princípios e diretrizes que estão em acordo com a LOAS, a qual foi citada no item anterior. Esses princípios e diretrizes visam direcionar os serviços prestados no âmbito da política social.

De acordo com Guimarães (2007, p.02):

Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) decide elaborar, aprovar e tornar pública a PNAS com objetivo de materializar as diretrizes da LOAS.

A Política Nacional de Assistência Social traz uma nova gestão para o SUAS, pois no início de sua trajetória tinham como objetivo ações focalizadas, fragmentadas e emergenciais e foram necessárias algumas alterações, pois as ações desenvolvidas não conseguiam efetivar de fato os direitos dos cidadãos que, por Lei, estão garantidos na CF de 1988. Portanto foi necessária a aprovação de uma nova PNAS que, segundo Guimarães (2007, p. 01), essa concordância ocorreu em “[...] setembro de 2004 e sua Norma Operacional Básica (em julho de 2005) que busca orientar uma nova gestão para o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) [...]”.

Com essa aprovação ocorram algumas mudanças; como citado anteriormente a PNAS segue os princípios da LOAS, contudo acrescenta uma quarta diretriz, que segundo Guimarães (2007, p. 03) visa:

[...] descentralização político-administrativa, que designou a coordenação e normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, na tentativa de evitar a sobreposição de ações. A garantia do comando único das ações em cada esfera de governo permanece, acrescentando-se o respeito às diferenças e as características socioterritoriais locais, através de um novo elemento que define e organiza o Sistema Único da Assistência Social, a territorialização.

Essa descentralização visa melhorar os serviços, pois agora o poder de decisão envolve a situação do território que o serviço será implantado; por exemplo, o serviço implantado será de acordo com o objetivo de atender as demandas locais, ou seja, um trabalho realizado na capital (São Paulo) não irá se adequar as demandas de Presidente Prudente, pois são meios distintos, logo as demandas serão diferentes.

A PNAS traz alguns objetivos que de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004, p.34):

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Esses objetivos têm por finalidade garantir a universalização dos serviços, e tendo como público alvo indivíduos e/ou famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade, risco social e/ou pessoal.

Dentro da PNAS existem alguns serviços, dentre eles as proteções que se dividem em proteção social básica e proteção social especial (de média e alta complexidade). A proteção social básica tem como objetivo de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004, p. 34):

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o

fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Essa prevenção de riscos acontece através de um monitoramento do território, contudo esse serviço é executado pelo CRAS que, segundo a Política Nacional de Serviço Social (2004, p.36):

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social.

O CRAS visa prevenir a violação de direitos e o rompimento dos vínculos familiares e comunitários, articulando programas e serviços, sendo estes dentro da proteção social básica de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.03): a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), segundo Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.06):

[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

O principal objetivo do PAIF é prevenir essas famílias atendidas pelo CRAS de um possível rompimento dos vínculos familiares e sociais, e através de estratégias desenvolvidas pelo órgão (ações como cursos) promover a autonomia nos sujeitos, a emancipação, a promoção da cidadania e o acesso a todos os direitos previstos em lei.

Com relação ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.10):

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu

ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

O Serviço de Convivência trabalha com crianças e adultos; é um instrumento de monitoramento para prevenção de possíveis violações de direitos, e um instrumento para enfrentar vulnerabilidades presentes na família e no território. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos se divide em alguns grupos determinados por faixa etária, que ainda segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.10):

[...] SERVIÇO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS: Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária

As atividades desenvolvidas neste espaço são de interesse próprio para essa idade, e mesmo nessa divisão há uma subdivisão, pois nos respectivos espaços que há o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos as crianças/adolescentes são divididas em grupo com idade entre 06 a 10 anos, e o outro de 11 a 15 anos. Essa divisão é necessária para trabalhar atividades de interesse para todos.

Outro público que o Serviço de Convivência abrange ainda segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.10):

[...] ADOLESCENTES E JOVENS DE 15 A 17 ANOS: Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho.

As ações desenvolvidas com esse grupo já têm uma finalidade maior, pois são atividades voltadas para desenvolver as habilidades, capacidade do adolescente/jovem e através dessas atividades desenvolve-los para o mercado de trabalho. Os temas trabalhados são sempre voltados para a juventude, e sempre promovendo o acesso a cultura, lazer e esporte.

E por fim o ultimo Serviço de Convivência, que tem suas ações voltadas para o idoso, igual ou acima de 60 anos, e que se encontra em

vulnerabilidade social e, em especial, ainda segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.12):

- Idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada;
- Idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço.

Geralmente são idosos que já estão sendo atendidos pelo CRAS; dessa forma o técnico responsável por esse serviço pode ter uma compreensão maior do público que irá atender, por já ter um conhecimento do território, e assim realizar ações específicas para a necessidade destes usuários.

Além da proteção social básica, existe a proteção social especial (de média e alta complexidade), porém as ações executadas neste serviço é de responsabilidade do CREAS que, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2009, s.p):

[...] configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.). [...]

Quando o usuário é encaminhado ao CREAS é porque já ocorreu alguma violação de direitos, e para trabalhar com essas situações o CREAS desenvolve alguns trabalhos no âmbito da proteção social especial de média e alta complexidade.

A Proteção Social de Média Complexidade abrange serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) que de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.19) é um:

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

A principal finalidade deste serviço é recuperar os vínculos rompidos através de um trabalho contínuo com toda a família, com a vítima e o agressor, finalizar o ciclo de violação de direitos que os sujeitos vivenciaram ou vivenciam e garantir o acesso a todos os serviços públicos de acordo com a necessidade. Outro serviço no âmbito da proteção social especial de média complexidade é o Serviço Especializado em Abordagem Social que, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.22), é um:

Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

A finalidade deste serviço é identificar no território crianças e adolescentes vítimas do trabalho infantil, e a partir do diagnóstico realizar uma intervenção a partir de um trabalho de superação da realidade diagnosticada com a família dessas crianças e/ou adolescentes e promovendo, assim, a cidadania e o acesso aos serviços públicos. Outro serviço padronizado pela PNAS é o Serviço de Proteção Social à Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) que tem por finalidade, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.24):

[...] prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Este serviço visa, em primeiro momento, apresentar novos horizontes para que o adolescente não reincida no crime, garantir o acesso aos direitos e promover o fortalecimento com a família e o social, o meio em que o adolescente

vive. Outro serviço ofertado no nível de média complexidade é o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e Suas Famílias que segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p. 26) é um:

Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

Este serviço visa a melhoria na qualidade de vida dos sujeitos, o acesso a serviços socioassistenciais e romper com qualquer tipo de violência, sendo ela por atitudes preconceituosas, as múltiplas formas de negligência, entre outras. E por fim o último serviço ofertado na proteção social especial de média complexidade, que é o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que ainda de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.29) é um:

Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

É um serviço que visa retirar esses indivíduos das ruas e promover o acesso aos direitos sociais; em situações dessa complexidade o primeiro acesso é o direito à habitação.

Já no serviço de Proteção Social Especial – Alta Complexidade, se enquadra o Serviço de Acolhimento Institucional, que de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais:

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. (2009, p.31)

O Serviço de Acolhimento, em algumas situações, é provisório e abrange crianças de ambos os sexos que se encontram em situações de deficientes que estão sob medida de proteção. Essas crianças e adolescentes são encaminhadas para acolhimento institucional, pois a família não consegue, de fato, cumprir com seu papel de cuidadora e protetora, o que há uma contradição, pois como exigir dessas famílias que protejam seus filhos se a mesma muitas vezes não recebeu a devida proteção. Vale ressaltar que este serviço não é apenas para crianças e adolescentes, mas também para idosos, mulheres entre outras que estejam em situações de risco.

E por último o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, que é um serviço oferecido para sujeitos que, por decorrência de algum fator natural ou não, se encontram em situação de calamidade, e ficam em alojamentos até que a situação se estabilize.

Por fim conclui-se que com a nova proposta da PNAS, de acordo com a NOB/2005, os serviços ofertados pelo SUAS têm caráter descentralizado, participativo, com a primazia de responsabilidade do Estado e padronização dos serviços.

O próximo item abordará o reordenamento dos serviços socioassistenciais a partir da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, criada no ano de 2009, conceituando o que é o reordenamento e apresentando os serviços, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Faz-se necessário abordar os tipos de proteções presentes neste serviço, como a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, e o local a qual podem ser desenvolvidas.

## **2.5 Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único da Assistência Social**

A Política de Assistência constrói sua trajetória a cada dia, ano, década, sempre buscando a melhoria nos serviços prestados, e para isso ocorre o reordenamento dos serviços; mas afinal o que é esse reordenamento?

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2009, s.p):

O reordenamento visa unificar a oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e idosos que atualmente são cofinanciados por meio do PROJOVEM Adolescente, PETI e serviço para criança/idoso.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do SUAS permitiu à Assistência Social uma autenticidade que antes não apresentava, tornando ainda mais intensa as suas intervenções juntamente com as famílias em situações de vulnerabilidade social. O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos visa prevenir as pessoas mais vulneráveis, dando prioridade à criança, adolescentes e idosos com idade igual ou superior a 60 anos, de possíveis riscos social e/ou pessoal.

Os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvem uma ação chamada PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família), que de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.06):

[...] consiste no trabalho social com famílias de caráter continuada com a finalidade de fortalecer a função protetivas das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover o seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O Trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências a famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico.

Portanto, o principal objetivo da PAIF é prevenir a ruptura dos vínculos familiares das famílias e promover a união de seus membros, e para isso utiliza de direitos e políticas públicas ofertando, deste modo, uma melhor qualidade de vida e proporcionando maior bem estar para todos.

Dentre as transformações que o reordenamento propiciou pode-se destacar as exigências para atender o público, sendo crianças/adolescentes e idosos, contudo há uma cota de 50% no mínimo para o público prioritário que, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2009, s.p) se encontram:

- I. Em situação de isolamento;
- II. Trabalho infantil;
- III. Vivência de violência e, ou negligência;
- IV. Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- V. Em situação de acolhimento;
- VI. Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- VII. Egressos de medidas socioeducativas;
- VIII. Situação de abuso e/ ou exploração sexual;
- IX. Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- X. Crianças e adolescentes em situação de rua;
- XI. Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;

Desta maneira o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos prioriza os indivíduos mais vulneráveis que se encontram em situações de risco social por estar em situação de exclusão, de isolamento social, de pobreza, entre outros aspectos que desfavorecem uma vida digna e plena.

Entretanto o reordenamento dos serviços não foi uma tarefa muito fácil, primeiro em relação aos recursos, pois agora cada recurso vem específico para cada serviço, ou seja, se faltar recursos no trabalho com idosos não pode, em hipótese alguma, retirar do que vem para o trabalho com criança e adolescente, e os recursos advêm de acordo com a realidade local.

O reordenamento exigiu esta modificação no financiamento do serviço em questão, pois os pisos de proteção do Serviço de Convivência para idosos/crianças de 0 a 6 anos (Piso Básico Variável II), Projovem (Piso Básico Variável I) e PETI (Piso Variável de Média Complexidade) foram integrados para um único piso denominado Piso Básico Variável.

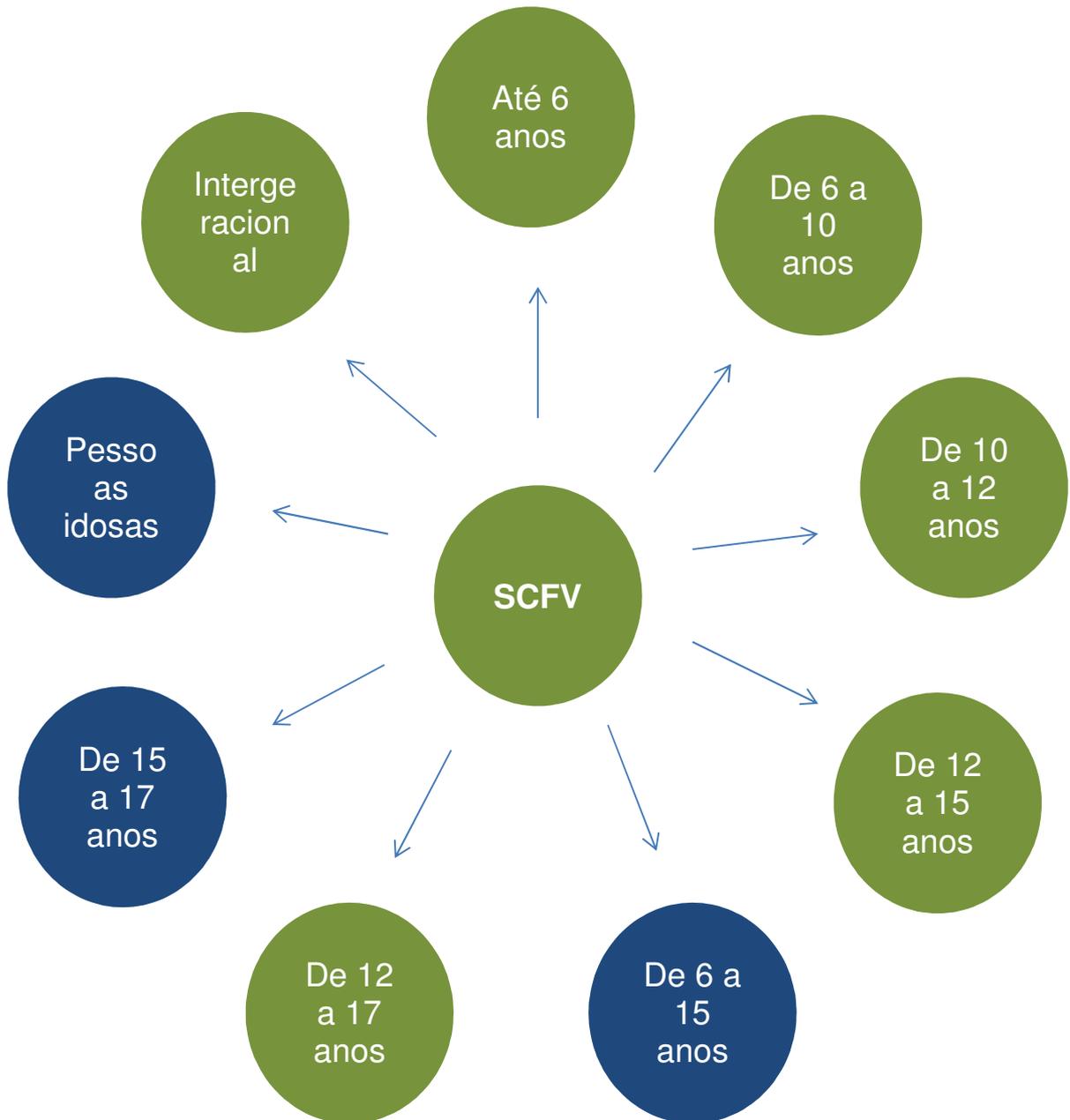
Para aderir a estes recursos existe uma série de critérios, entre eles, de acordo com Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Passo a Passo (2013, p. 4):

- I- Realizar o Aceite Formal pelo gestor municipal e do DF;
- II- Estar habilitado em gestão básica ou plena do SUAS, exceto o Distrito Federal;
- III- Possuir CRAS implantado e em funcionamento, cadastrado no Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social – CadSUAS.
- IV- Ter Serviço em funcionamento de acordo com o disposto na Resolução CIT N° 01/2013.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para ser realizado, deve estar vinculado a algum órgão da assistência, seja ele o CRAS, ou

uma entidade sem fins lucrativos. Dentre outros critérios para a adesão do serviço, tem a questão do espaço que deve ser um local amplo e que conforte o público indicado de acordo com os serviços socioassistenciais e ter um planejamento das atividades desenvolvidas. Também é necessário que a gestão esteja de acordo com o SUAS, de forma descentralizada e participativa, e conseqüentemente esteja em consonância com a Política Nacional de Assistência Social.

Com o reordenamento dos serviços foi possível fazer uma divisão das faixas etárias do público atendido, sendo um grupo de 06 a 10 anos, outro de 12 a 15 e o outro grupo com idade de 15 a 17 anos e idosos, como será ilustrado na imagem abaixo:



Fonte: Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos PASSO A PASSO 2013, p 10.

Além do planejamento com relação às atividades e às faixas etárias, é importante ressaltar a organização do tempo de cada atividade desenvolvida, e as atividades devem sempre estar em concordância com os objetivos do serviço e com temas contínuos.

Além dos recursos financeiros é importante destacar sobre os recursos humanos, que deve ter no mínimo, segundo o Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Passo a Passo (2013, p. 12):

**Técnico de Referência** – profissional de nível superior que integra a equipe do CRAS para ser referência aos grupos do SCFV. Atua no planejamento do SCFV junto com o orientador social, atividades envolvendo as famílias dos usuários, a realização de reuniões periódicas com o orientador social responsável pela execução do SCFV e acompanhamento das famílias dos usuários, quando necessário;

**Orientador Social** – função exercida por profissional de, no mínimo, nível médio, com atuação constante junto ao(s) Grupo(s) e responsável pela execução do SCFV e pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático;

**Facilitadores de Oficinas** – função exercida por profissional com formação mínima de nível médio, responsável pela realização de oficinas de convívio por meio do esporte, lazer, arte e cultura e outras. É de contratação opcional.

Essa equipe deve estar regulamentada de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB–RH/SUAS).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), para quem tem uma possível intervenção na vida de seus sujeitos, deve estar em parceria com os demais serviços socioassistenciais e com as demais políticas públicas; e outro fator importante é a identificação dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, que acontece através do Cadastro Único do Governo Federal (CADÚNICO), que é realizado no CRAS, referente ao território do usuário, e que após a realização do mesmo é gerado um Número de Identificação Social (NIS), como uma forma de identificar o cidadão usuário do serviço e pertencente do território.

Dessa forma, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2013 p.3), o Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos faz-se necessário para:

I - Equalizar a oferta do SCFV (uniformizar); II - Unificar a lógica de cofinanciamento, independente da faixa etária; III -Planejar a oferta de acordo com a demanda local; IV - Garantir serviços continuados; V - Potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias; VI - Facilitar a execução do SCFV, otimizando recursos humanos, materiais e financeiros.

Essa união permite aos municípios maior flexibilidade na oferta, uma vez que a gestão tem absoluta autonomia para a formação dos grupos de convivência, até mesmo com a formação de grupos com faixas etárias diferentes.

Portanto espera-se que o Reordenamento possa colaborar para equalizar e qualificar a Oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em todo o Brasil. A perspectiva é garantir proteção social a todos os cidadãos e grupos que vivenciam situações de vulnerabilidades sociais, tais como isolamento, abandono, discriminação, violência, prevenção de violação de direitos, o acesso aos serviços públicos; e promover de fato o fortalecimento de vínculos familiares e sociais.

### **3 A PROTEÇÃO SOCIAL NO CENÁRIO BRASILEIRO**

O presente capítulo tem por objetivo abordar em seu primeiro item, um breve contexto do que foi a Proteção Social em nosso país, trazendo suas conquistas, seus avanços e as mudanças que trouxe consigo em suas esferas, sendo elas na saúde, previdência, assistência, educação, habitação, conquistas trabalhistas, entre outras.

No item seguinte será discutido sobre a Proteção Social em uma dimensão não contributiva, discorrendo sobre este termo, e no próximo sub-item discorre-se sobre o objeto da Proteção Social no âmbito da Assistência Social, abordando conceitos do que é proteção. O penúltimo item discorrerá sobre o que é vulnerabilidade e risco social, frisando que são fenômenos de múltiplas facetas, não sendo apenas sinônimo de pobreza. E, por fim, o ultimo item aborda sobre território, ressaltando a importância do meio social para o desenvolvimento dos indivíduos.

#### **3.1 Proteção Social**

A Proteção Social começou a conquistar território a partir da Revolução Industrial, entretanto se consolidou como uma política de direito a partir da CF de 1988, que de acordo com Yazbek (2003, p. 15): “são colocadas novas bases para o

atual Sistema de Proteção Social brasileiro com o reconhecimento de direitos sociais das classes subalternizadas em nossa sociedade”.

A Constituição Federal propiciou que a proteção social tivesse um grande avanço, possibilitando marcos históricos que são utilizados até hoje, tais como a seguridade social (saúde, previdência e seguridade social) e uma maior cobertura e deslanche dos programas sociais, e uma exigência da população com relação ao Estado em assumir o seu papel.

Outro marco importante nesse momento se deu pela descentralização administrativa em todas as áreas que compõem a Proteção Social, que segundo Sartori (2012, p.66):

[...] foi realizado um amplo programa de descentralização nas várias áreas que compõem o nosso Sistema de Proteção Social: saúde, educação fundamental, assistência social, saneamento e habitação popular com exceção da previdência social.

A descentralização permitiu que ocorresse a gestão pública local, pois era uma forma de minimizar as desigualdades locais, afinal cada município, sabe a realidade de sua cidade.

Mais a frente, a partir do processo de descentralização, outro marco veio adiante, o qual se refere aos direitos e deveres das crianças e adolescentes, permitindo grande mobilização da sociedade. Foram realizados encontros nacionais para debater os deveres e direitos das crianças e adolescentes; foi realizado, até mesmo, panfletagem com essa temática, e toda essa mobilização possibilitou que surgisse o Fórum DCA (Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente)

Conforme cita Sartori (2012, p. 68):

O Fórum surgiu dado a necessidade de as entidades representativas constituírem um organismo permanente entre elas, que tivesse como objetivos básicos organizar a participação representativa na Constituinte e desenvolver ações conjuntas no combate à violência contra a infância pobre.

O Fórum foi os principais representantes, nesse momento, das crianças e adolescentes brasileiras; e as mobilizações não pararam por aí, a partir de então, até os dias de hoje, tem-se ações voltadas para criança e adolescente,

tais como seminários, fóruns, passeatas, palestras, a consolidação do Estatuto da Criança e Adolescente, etc.

Além da assistência, a saúde e a previdência também tiveram seus avanços; como o setor de saúde foi o primeiro a ser descentralizado, seguido da previdência social, a previdência trouxe grandes discussões, pois quem compunha esse tripé era a saúde e a assistência que não são contributivas, mas a previdência sim; entretanto foi possível implantar direitos nesse sistema, contudo de forma seletiva, afinal apenas quem contribui com a previdência tem acesso aos seus benefícios.

Outra área da Proteção Social, que teve um avanço significativo foi a área de educação, que a partir da CF 1988 garantiu o direito à educação as crianças e adolescentes, frisando a universalização desse direito.

A área trabalhista também teve grandes avanços como os direitos trabalhistas, sendo eles: férias, licença maternidade, redução da jornada de trabalho, o direito de greve, o seguro desemprego, entre outros. Segundo Sartori (2012, p. 75): “Observando todas as áreas que perfazem o Sistema de Proteção Social apontadas acima, temos que a Constituição Federal de 1988 realmente foi um marco [...]”, e realmente foi, pois foi a partir da Constituição que as Políticas Públicas começaram a aparecer enquanto direito de todos.

A Proteção Social no século XX passou por inúmeras transformações, e não parou na década de 1980, sua trajetória foi se consolidando no decorrer dos anos, como por exemplo, na década de 1990 já em um cenário um pouco diferente, conhecido como Estado Mínimo, com a política neoliberal, a qual esse modelo de Estado prioriza os mínimos sociais possíveis, e obviamente afetou de forma direta a Proteção Social, afinal faz parte dos “mínimos sociais”.

Ainda de acordo com Sartori (2012, p. 93):

Sob a égide de uma política neoliberal, a focalização dos programas sociais ganhou força. Desde então, vivemos uma política voltada para os mais pobres, focalizando e priorizando segmentos populacionais mais excluídos, deixando para trás ações universalizantes.

Todas as conquistas que a CF de 1988 possibilitou para os cidadãos, no Estado Mínimo houve um retrocesso e uma medida que foi tomada para amenizar a crise da época foi a criação do Plano Real, que veio com a intenção de

estabilizar a economia brasileira; as dívidas estavam imensas e assim o Brasil foi ficando vulnerável com relação à economia. As políticas sociais nesse período foram sendo reduzidas e afetou nitidamente a camada vulnerável dos cidadãos brasileiros, que de acordo com Sartori (2012, p. 80):

[...] em um país que se inicia a década de 1990 com quase 100 milhões de pessoas pertencentes ao grupo de pobres e miseráveis, chegando a um terço – 50 milhões de pessoas e famílias vivendo na e abaixo da linha de pobreza, é muito complicado discutir e fortalecer o papel do Estado.

Entretanto apesar do Estado estar investindo o mínimo possível nas Políticas Sociais, ele teve que mostrar “serviço” para com essa população. Nesse momento o Presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, iniciou o respaldo com essa classe partindo de mudanças como em transformar as políticas sociais de acesso universal a todos, e não focalista, não deixando de lado, é claro, as áreas da Proteção Social como a saúde, habitação, educação, etc.

É necessário frisar um serviço universal para que chegue a toda população, e não a uma minoria, afinal o governo deve atingir a toda população para garantir que estará atingindo a camada mais vulnerável socialmente. Contudo, o Plano Real, que foi criado com intuito de prover uma estabilidade econômica no país, promoveu ações na política social de caráter focalizada e não universal, o que é uma grande contradição.

Este cenário de estado mínimo, conhecido também como estado neoliberal ia estabelecendo cada vez mais limites nos gastos sociais, inclusive em todos os ajustes que a CF1988 trouxe.

O que se pode concluir é que todas as áreas da Proteção Social foram afetadas, a começar pela saúde, a qual, afim de não se investir na saúde, investia em programas de prevenção para, assim, reduzir o atendimento na rede pública.

Na habitação também não foi diferentes, que se deu a partir do fenômeno de desemprego estrutural devido à reestruturação no mercado de trabalho, o que afetou nitidamente nos programas de crédito habitacional; a classe mais pobre (financeiramente) teve dificuldade em acessar os sistemas de habitação popular.

De acordo com Sartori (2012, p, 84):

Devido à própria fragilidade financeira das famílias e a ausência de empregos formais, muitas delas não tinham condições de assumir compromissos financeiros a longo prazo. Com um Sistema Financeiro de Habitação Popular cada vez mais restrito, apenas 12% das famílias de baixa renda conseguiram ser inseridas [...]

Obviamente, o que era pra ser um programa de habitação popular, voltado para a classe com menos condições financeiras, passou a ser então um programa para a classe média.

Outra área da Proteção Social que teve mudanças na década de 1990 foi a educação, contudo as mudanças foram positivas, que de acordo com Sartori (2012, p. 85) “Na educação fundamental, por exemplo, tem-se a reestruturação bastante significativa e um formato a partir da instauração da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996”.

A LDB foi importante para nortear a educação em todo o Brasil e não apenas na educação fundamental, mas também no ensino médio. Na educação fundamental ocorreram mudanças na gestão; houve a criação do Fundef, mudanças nos livros, a inserção de tecnologias inovadoras, etc. Outra mudança na educação, a partir do processo de descentralização, foi a criação no ano de 1995, de acordo com Sartori (2012, p. 87):

[...] Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (PMDE), conhecido como “dinheiro na escola”, com a proposta de transferir de forma direta recursos às escolas públicas e organizações não governamentais, no sentido de melhorar a infraestrutura física e pedagógica do ensino fundamental.

Este Programa tinha como objetivo utilizar este recurso para prover a manutenção da escola, tais como reformas nos prédios, materiais didáticos para os alunos, capacitação para os profissionais; este recurso era destinado para a população mais pobre.

Outro avanço positivo na área da educação foi em relação à merenda escolar, pois houve um aumento de 95% nas escolas públicas. É importante salientar que o Governo, nas três esferas, teve como universalizar a educação, independente do público que iria atender, para não formar uma política focalizada.

Com relação à área da Previdência e seu tripé, ocorreram dois momentos marcantes na década de 1990, a criação de dois documentos, um denominado “Relatório Britto” e a “Emenda Jobim”. Estes documentos trouxeram

algumas propostas, que com relação à seguridade social, segundo Sartori (2012, p. 88) referiam-se:

[...] a substituição da aposentadoria por tempo de serviço pela aposentadoria por tempo de contribuição, a supressão da aposentadoria proporcional, o estabelecimento de idade mínima e o estabelecimento de tetos nominais do valor da aposentadoria.

Essas mudanças na Previdência estão presentes até os dias atuais, e foram positivas no sentido de deixar igualitários os direitos dos trabalhadores rurais com os trabalhadores urbanos, e também com relação ao tempo de contribuição foi possível atingir uma maior parte da população, principalmente os mais vulneráveis financeiramente, que muitas vezes não tinham nenhum tempo de renda fixa.

Entretanto as mudanças na área da Previdência não pararam por aí, “[...] a partir de 1996 inicia-se um processo de desmantelamento do sistema da Previdência, chegando ao seu limite em 1998, com a contrarreforma que destruiu a sua principal fonte de repasse.” (SARTORI 2012, p. 89):

O índice de desemprego foi a um número elevado; com isso afetou diretamente a previdência, afinal esses trabalhadores eram os principais contribuintes, afetando também os benefícios sociais, uma vez que sua concessão foi sendo minimizada cada vez mais.

Segundo Sartori (2012, p. 93):

Dessa forma é fácil observar que no decorrer da consolidação do Sistema de Proteção Social implantado em nosso país, a política econômica foi priorizada em detrimento da política social. Esse fato foi facilmente percebido quando olhamos a redução dos gastos nas três esferas governamentais.

Diante dos expostos concluímos que a Proteção Social no Brasil passou por inúmeras situações, sempre na tentativa de universalizar os direitos sociais, entretanto remando contra a maré, porque diante de toda sua trajetória exposta até aqui nota-se que, ao mesmo tempo em que se avança com a concessão de algum direito ao cidadão, quando se tem uma crise no País a primeira área a ser afetada no requisito de redução de gastos é, sem dúvida, a área da assistência, logo todas as áreas da Proteção Social. Sem dúvida os direitos sociais são cada vez

mais fragilizados na sociedade, e ainda se tem muito que percorrer para que um dia todas as Legislações sejam respeitosamente executadas com sucesso.

### **3.2 Proteção Social e seu Modelo não Contributivo**

Como foi discorrido no item anterior, a CF de 1988 possibilitou alguns avanços na esfera social, garantindo os direitos dos Cidadãos e foi nessa perspectiva que três áreas da Proteção Social se legitimaram: a saúde, a previdência e a assistência, conhecida também como tripé da Seguridade Social.

De acordo com Sposati (2009, p.13):

As constituições anteriores já reconheciam o papel da previdência social em assegurar a maior parte das atenções da legislação social do trabalho. O seguro social de contribuição tripartite entre Estado, patrão e empregado foi implantado no Brasil na segunda década do século XX e absorvido pela sociedade [...]

Discutir sobre essas três áreas da Proteção Social é um grande dilema, principalmente nas questões financeiras, pois desse tripé de seguridade a população tem que ter uma contribuição para usufruir futuramente de seus direitos na previdência, na saúde que, segundo a CF de 1988, deve ser universal; entretanto o que vemos são as pessoas pagando para usufruir de um melhor atendimento e a assistência social fica com uma imagem rotulada de ser apenas para os “pobres”; assim, para a assistência esse é um grande desafio. Neste sentido Sposati (2009, p.13) afirma: “Especificar área de atuação para a assistência social significa romper com a hegemônica concepção de que é uma política de atenção aos pobres, aos necessitados sociais, aos frágeis e carentes”.

Esse é um rótulo que ainda está engatinhando no processo de rompê-lo, afinal a assistência social é um meio de viabilizar direitos, e direitos podem ser violados independente da classe social que o indivíduo se encontra.

O que é fundamental ser ressaltado é que ter um modelo de Proteção Social já é um grande avanço, no entanto não é uma luta que estaciona por aqui, ainda se tem muito que conquistar, e mudar.

Outro índice de extrema importância a ser discutido é a concepção de Proteção Social Não Contributiva, que tem o intuito de proteger, como o próprio nome já diz, uma espécie de segurança. A Proteção Social deve garantir três tipos de segurança, que de acordo com a Política Nacional de Assistência Social são: sobrevivência: de rendimento; de autonomia; acolhida; convívio: de vivência familiar. (PNAS, 2004)

Entretanto o que não pode acontecer é confundir proteção com amparo, pois proteger é estar ali garantindo os direitos para que não sejam violados, e amparar é estar ali depois que o indivíduo se encontra em situação de risco, e não é esse o norte da Proteção Social.

Conforme cita Sposati (2009, p.20):

A ideia de proteção social exige forte mudança na organização das atenções, pois implica superar a concepção de que se atua nas situações só depois de instaladas, isto é, depois que ocorre uma desproteção. A aplicação ao termo “desproteção” destaca o usual sentido de ações emergenciais historicamente atribuído e operado no campo da assistência social. A proteção exige que se desenvolvam ações preventivas.

A citação afirma o que foi discorrido anteriormente, e ressalta a importância de um trabalho de prevenção, a vigilância com intuito de diagnosticar possíveis violações de direitos antes de serem executadas.

Mas, afinal, o que significa o termo “não contributiva”? Utiliza-se deste termo para desvincular da previdência, embora seja uma área da Proteção Social, entretanto ressaltando que é a única a qual o indivíduo precisa contribuir; as outras como educação, assistência e saúde são um direito universal, independente de contribuição, por isso se utiliza o termo não contributiva.

Contudo há um grande dilema em nossa sociedade, pois ao mesmo tempo em que o indivíduo não precisa contribuir para ter acesso à Proteção Social, ele tem que se expor em condições vexatórias para provar que está em situação precária, pois só assim tem acesso a alguns serviços do âmbito da Proteção Social; acaba sendo uma política focalizada direcionada apenas àqueles que se encontram em extrema vulnerabilidade, e podemos dizer que esse é um forte meio para a sociedade vincular direitos sociais direcionados a classe vulnerável, e em termos mais pejorativos, aos miseráveis.

O que se conclui é que o que é para ser uma política universal, pelo próprio sistema acaba ocorrendo uma política focalizada, e muitas vezes o que era para ser um meio de viabilização de direitos, acaba sendo utilizado depois que o indivíduo já está em um risco social. Cabe discutir no próximo item sobre objeto da Proteção Social no âmbito da Assistência Social.

### **3.3 O Objeto da Proteção Social no Âmbito da Assistência Social**

A Assistência Social é um meio de viabilização de direitos, e a Proteção Social acaba sendo os seus “instrumentais”. A Assistência Social tem um direcionamento para defender a vida do indivíduo, independente de qualquer valor moral. Como, por exemplo, na esfera da saúde, pois se assistência está para defender os direitos, logo ela defende a vida. Alguns elementos que contribuem para a agressão à vida, de acordo com Sposati (2009, p. 24) são: isolamento, resistência à subordinação, resistência à exclusão social.

O isolamento é o fenômeno do indivíduo em procurar a solidão, e automaticamente se excluir do convívio social, e isso pode ocorrer por inúmeros fatores; cada indivíduo tem um motivo que o leva ao isolamento, algo acontecido na infância, na adolescência ou até mesmo já na fase adulta.

A resistência da subordinação está relacionada à coerção, a violência, ao não exercício da cidadania promovendo, assim, o retrocesso da autonomia individual, autonomia essa que o Serviço Social prioriza e busca tanto em cada indivíduo.

Com relação à resistência à exclusão social, este é o fenômeno que, por não atingir aos padrões estabelecidos pela sociedade, possibilita ao indivíduo a não se sentir pertencente deste meio social; vai totalmente contrário ao princípio da igualdade, equidade e inclusão. Sposati traz um trecho fundamental que diz:

A dinâmica da construção do tecido social, seu esgarçamento e coesão estão inseridos nesses campos de ação da assistência social. E do ponto de vista dos direitos, cabe à assistência social prover a rede de atenções para que a dignidade humana seja assegurada e respeitada. (Sposati, 2009, p.24)

Dignidade esta para criança, adolescente, idoso, que no modelo de acumulação de capital em que vivemos atualmente, esses indivíduos são descartados por não terem condições de prover seu próprio sustento, ou por não ter mais utilidade para o Capitalismo, como é o que acontece com o idoso. Sabe-se de “cor e salteado” que se vive em uma sociedade capitalista, o que impede alguns avanços, principalmente na esfera social, contudo não se para a luta. E a luta se inicia em atender a todos, independente de renda, e desvincular o que é reproduzido ao longo dos séculos de rico e pobre; avançar no sentido de que não é apenas a pobreza que gera a desproteção, a fragilidade que ocorre nos riscos; a Proteção Social é muito mais ampla do que atender aos pobres e necessitados, vai além de tudo isso, é atender todos os cidadãos em diversas esferas como educação, habitação, saúde, assistência, previdência, etc.

A seguir, para uma melhor compreensão de um dos muitos fatores que leva à violação de direitos, será discorrido sobre vulnerabilidade e riscos sociais.

### **3.4 Vulnerabilidade e Risco Social: Incidências de Violações e Necessidades de Proteção da População.**

As constantes mudanças na política econômica brasileira causam prejuízos nas esferas econômica, social, política, religiosa, ética, moral, cultural, etc., do país. A gravidade da situação reflete nitidamente nas camadas populacionais mais pobres; o quadro da pobreza no Brasil é tão preocupante que obrigatoriamente se faz pensar e inquietar-se com as questões sociais. Claramente ela é uma das demandas mais agravantes que gera o quadro de vulnerabilidades, riscos sociais, mas não é exclusivamente a única causa das fragilidades, existem outras causas como, por exemplo, a desigualdade social, exclusão social, violência, desemprego, o desrespeito à equidade e as violações das integridades física e psíquica. Os riscos que tudo isso acarreta referem-se à exclusão social, o preconceito e o abandono.

Segundo Sposati (2009, p.28):

“[...] A vivência do risco pode proporcionar sequelas mais ou menos intensas, por decorrência da vulnerabilidade/resistência dos que sofrem o

risco, como também do grau de agressão vital do próprio risco. Trabalhar situações de risco supõe conhecer as incidências, as causalidades, as dimensões dos danos para estimar a possibilidade de reparação e superação, o grau de agressão do risco, o grau de vulnerabilidade/resistência ao risco [...].”

Desta maneira, os fatores de riscos são muitos e fazem com que a sociedade por inteiro de torne uma sociedade de risco. A desigualdade entre as classes incidem da distribuição de renda, onde poucos ganham muito e a grande maioria ganha pouco gerando, automaticamente, a exclusão de milhares de pessoas dos seus direitos fundamentais e das suas necessidades básicas, resultando em pessoas que vivem em situações precárias e em total vulnerabilidade social, convivendo com riscos sociais como a violência, a falta de acesso a serviços como educação, saúde e com facilidade para o caminho das drogas/álcool, prostituição, trabalho infantil etc.

De acordo com Pereira (2000) “[...] aqueles que não usufruem bens e serviços sociais básicos ou essenciais, sob a forma de direitos, não são capazes de se desenvolverem como cidadãos ativos, conforme preconiza a própria LOAS”.

A vulnerabilidade social está ligada a famílias e indivíduos que não são “vistos” perante a sociedade; vivem em situação de pobreza e muitas vezes buscam amparo na proteção social garantindo, assim, alguns direitos básicos sendo inclusos em programas, projetos que venham a somar renda, aprendizagem e no mínimo obter informações sobre seus direitos. São vários fatores que podem levar o sujeito a uma situação de vulnerabilidade, como o desemprego, a falta de habitação, saúde, alimentação, a falta de vínculos afetivos familiares e sociais fragilizados ou rompidos, entre outros; infelizmente compreende-se que a vulnerabilidade leva ao risco social, falta de renda, de saúde, de cultura, de educação, de informação, tornando os sujeitos vulneráveis e, em consequência, em situação de risco.

O risco social é um direito violado e inclui a violência física, abuso ou exploração sexual, o trabalho infantil, etc. A situação de risco pode ser no sentido da pessoa estar correndo o risco, por exemplo, de um abuso sexual por um tio dentro de sua própria casa ou um adolescente pondo sua própria vida em risco se drogando, se prostituindo, frequentando certos lugares impróprios para idade etc. E para poder responder a esta demanda, conta-se com a Vigilância Socioassistencial que, segundo o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009) é:

“Uma área vinculada à gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e tem como objetivo a produção e a sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos.”

Por isso a vigilância é um fator de muita importância para detectar as fragilidades da família e indivíduos, evitando que estes entrem em situação de risco por falta de prevenção ou proteção.

Os serviços ofertados nas redes socioassistenciais têm o dever de proteger e prevenir a ocorrência das violações dos direitos básicos dos sujeitos e a obrigação de, em casos dos direitos que já foram violados, oferecerem todo o suporte para reestruturar o indivíduo e família dando todas as informações e acompanhamento necessário, inclusão em programas e projetos que façam a diferença na vida dessas pessoas e que reintegrem socialmente aqueles que a própria sociedade excluiu.

Vulnerabilidade e risco social é consequência da desigualdade social, porém uma é resultado da outra, uma vez que a vulnerabilidade é que coloca as pessoas em um risco social, pois esta é formada por pessoas e lugares que estão expostos à exclusão social, são famílias, crianças e adolescentes, idosos que por consequência são indivíduos sozinhos, com laços familiares fragilizados. Estas pessoas que estão incluídas na vulnerabilidade social são aquelas que não têm voz onde vive, geralmente moram na rua e dependem de favores de outros para sobreviver. Muitas delas, por causa dessas condições precárias de vida, se encontram em situação de desnutrição, não possui um emprego, não estudam, vivem em condições precárias de moradia e saneamento básico.

Desta forma, esses fatores compõem o risco social, ou seja, é um cidadão, mas ele não tem os mesmos direitos e deveres dos outros que está determinado por lei e deveria ser de forma igualitária para todos, incluindo deste, modo, condições sociais e econômicas, acesso à informação, à educação, à assistência social e à saúde, a garantia de respeito aos direitos humanos e a situação sociopolítica e cultural do indivíduo. A pessoa que está nessa situação torna-se uma excluída, não tendo acesso a todos esses direitos que foram citados anteriormente, se tornando impossibilitados de partilhar bens e recursos oferecidos pela sociedade, causando abandono e sendo expulsos dos espaços da sociedade.

Neste sentido cita Kaztman (2001, p.173):

Estes vivenciam um verdadeiro “isolamento social”, a partir da conjunção de dois elementos, além, é claro, da própria segregação: a precariedade e instabilidade do mercado de trabalho e a segmentação dos serviços, ou seja, a existência de carências espacialmente diferenciadas relativas aos vários serviços oferecidos à população.

Pobreza tem um amplo sentido, e no social ela aparece quando parte da população não é capaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna. Estes recursos são água, saúde, alimentação, moradia, renda e cidadania, que de acordo com Yasbek (2003, s.p) “são pobres aquele que, de modo temporário ou permanente, não tem acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social”.

O Brasil além da pobreza é um país desigual; há 56,9 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza e destas, 24,7 milhões vivem em extrema pobreza (IBGE, 2003). Os altos níveis de pobreza que afligem a sociedade apresentam seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira; uma perversa desigualdade na distribuição de renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.

Segundo Barros *et al*, (2000):

A renda média brasileira é seis vezes maior que o valor definido como linha de indigência, ou seja, se a renda brasileira fosse igualmente distribuída, estaria garantido a cada pessoa seis vezes aquilo de que necessita para se alimentar.

A situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra inteiramente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica do país, onde as oportunidades são ofertadas de forma desigual, principalmente para aqueles que não tiveram acesso básico à educação os tornando “desqualificados” para o mercado de trabalho.

Definir pobreza pela falta de renda é uma evidência e não explica os motivos que levaram o indivíduo a estar nesta situação e nem como ele poderá superar este estado. O indivíduo precisa ser visto na sua totalidade: ele é alienado, pauperizado, excluído pelo funcionamento do capitalismo, explorado, marginalizado

por se encontrar em uma subcultura inferior que a maioria das pessoas, dependente, pois não possui autonomia e desafiado porque está isolado e desestimulado, além de não pode ter acesso às políticas públicas porque não é protegido e auxiliado.

Para Kaloustian e Ferrari (1994, s.p), “por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está à família desassistida ou inatingida pela política oficial”.

De acordo com Almeida (2006, s.p):

O conceito de vulnerabilidade ressalta que os eventos que vulnerabilizam as pessoas são determinados por aspectos de natureza econômica e por outros fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência) ou vinculadas à violência, [...] a representação política, dentre outros, também afetam as pessoas.

Desta forma, para se diminuir a vulnerabilidade e o risco social é preciso uma sociedade mais igualitária, em que a responsabilidade social seja primazia do Estado e que as políticas públicas cheguem a todos por meio de melhoria nas condições de vida, acesso aos bens materiais e redução dos conflitos trabalhistas e sociais. No Brasil tem-se um modelo incompleto e tardio, cuja implantação vai ocorrer num período de crise nos países desenvolvidos, de adoção de medidas neoliberais e mudança de concepção de Estado interventor para o Estado social ativo, com processos de descentralização e territorialização das políticas no âmbito local, por meio da ação em redes.

### **3.5 Território**

Quando pesquisamos sobre o conceito de território, é possível encontrar definições como determinada área ou local; entretanto, o entendimento a respeito do mesmo vai muito além do campo geográfico, hoje ele é utilizado pelas ciências econômicas, sociais e políticas.

O que resulta o território é um conjunto de diversas condições econômicas, culturais, históricas, sociais que acabam resultando na particularidade de cada indivíduo que nele habita; como afirma Koga (2003, p. 35), “a noção de

território se constrói a partir da relação entre o território e as pessoas que dele se utilizam”.

Existe uma relação entre território e sujeito, portanto, é importante reconhecer o território, entender o dia a dia da população que pertence a ele, para que se tenha uma visão da particularidade do local.

Ainda de acordo com Koga (2003, p.37):

[...] o território ultrapassa sua circunstancia politico- jurídica enquanto Estado- Nação e, por outro lado, não se restringe ao âmbito do chamado “lugar” (the Place), este, diferentemente do território, abole a distancia. É da sua posição limitada e hermética que surge sua identidade como tal.

Portanto, quando se fala de território pode-se referir a um determinado lugar como o local onde se vive ou até mesmo um conjunto de experiências e conhecimentos vividos. O fato do território também estar relacionado às relações dos sujeitos torna possível entender a totalidade da questão social existente no local.

Entretanto Koga (2003, p. 39) afirma que “partir dos próprios espaços concretos de vivencia pode significar também uma imersão na história do lugar onde se vive e dos seus sujeitos construtores”.

É necessário entender toda a história dos sujeitos anteriormente, para entender o atual estado. Não se pode basear-se apenas em sua situação econômica; é necessário entender todo o seu histórico social, cultural, moral, para que assim entenda a sua realidade.

De acordo com o Quiaios et al (2010, s.p):

É através do processo de socialização que o comportamento individual é moldado segundo os padrões de cultura de uma determinada sociedade. Muitas características da nossa personalidade são produto do meio social e cultural em que vivemos, resultando de um dever social, de obediência às normas, à moda, aos estereótipos, preconceitos, valores e hábitos de cada estrato sócio-econômico, grupo profissional...

Portanto, o meio tem uma grande influência na relação de cada sujeito e nas relações estabelecidas no decorrer de sua vida, é o meio em que o sujeito vive que vai definir o seu tipo de comportamento, suas atitudes e relação constituída com o próximo.

É no território que concretiza-se a cidadania, pois é nele que pratica-se a relação social. Pode-se notar no território a grande desigualdade social existente, segundo Koga (2003, p. 33):

[...] o direito a ter direito é expresso ou negado, abnegado ou reivindicado a partir de lugares concretos: o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar.

Em uma determinada cidade pode-se notar que, enquanto algumas pessoas tem o acesso a saúde, educação e serviços públicos em geral, grande parte tem a ausência de tudo isso.

É necessário entender as demandas de cada território, para que dessa forma possa realizar um trabalho visando efetivar a política. Depois de entendidas as necessidades do local, pode-se inserir os programas e serviços necessários.

Segundo a NOB/ SUAS (2005, P. 22):

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.

Dessa forma, a Rede Socioassistencial atua de acordo com a necessidade de cada local, melhorando e facilitando o acesso dos usuários aos serviços necessários. É importante também ter um contato direto com a população para entender, de fato, a sua realidade e trabalhar de acordo com a mesma.

Por conta do grande número de exclusão social, começou a discussão a respeito do modelo de gestão utilizado, como afirma Félix (s.a., s.p):

Nos últimos anos, mais precisamente a partir do final da década de 80 (acirrando-se nos anos 90), uma discussão fundamental tem sido estabelecida: começa-se a pensar sobre a importância de uma reformulação do modelo de gestão pública como uma forma de tratar questões relacionadas ao combate à exclusão social; pensa-se, também em uma reformulação dos conceitos de pobreza, miserabilidade, participação popular, transversalidade, focalização, entre outros.

Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de ter um olhar voltado aos territórios para que, assim, possa atender as demandas específicas de cada local e

realizar um trabalho de qualidade, pois assim entende-se a necessidade de cada sujeito.

Quem tem um papel fundamental nos territórios é o CRAS, pois ele fica localizado nos territórios mais vulneráveis.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2009, s.p):

Os territórios têm histórias e características diferenciadas. Por isso, é importante reconhecer potenciais e vulnerabilidades, bem como situações de risco presente. Os CRAS devem ser instalados em territórios com concentração de famílias com renda per capita mensal até ½ salário mínimo. [...]

O CRAS é quem vai ser responsável em articular com a Rede Socioassistencial, afim de atender as demandas existentes no local; de acordo com Koga (2003 , s.p), “estar no território é além de uma estrutura física, significa muito mais do que um espaço geográfico, é a mobilidade do CRAS enquanto efetivação do acesso a proteção social”, por esse motivo ele é implantado em locais que onde a desigualdade social existe, entretanto, onde seja possível o enfrentamento da mesma.

Quando se entende a exclusão de um determinado território, é necessário notar que existe mais do que um simples mapa. Quando fala-se de território, é necessário entender que por trás desse local existe uma história, que influencia a forma de se relacionar de cada sujeito.

Portanto, é necessário entender os mesmos, escutar sua realidade e assim fazer um trabalho de acordo com suas necessidades, pois não adianta discutir políticas públicas sem que os cidadãos que mais necessitam dela sejam ouvidos, sem que se entenda a realidade dos mesmos, para que seus direitos sejam efetivados e para que seja realizado um bom trabalho é preciso ouvi-los e entendê-los.

## **4 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O presente capítulo discorrerá sobre conceitos como família e trabalho social, interligando um conceito ao outro. No primeiro capítulo serão discutidas as alterações ocorridas no âmbito familiar, ressaltando as novas composições e arranjos familiares da sociedade atual.

O capítulo seguinte trará uma discussão sobre o trabalho social com famílias, sendo o mesmo materializado através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que será discorrido no último item deste capítulo.

### **4.1 Família na Contemporaneidade: As Mudanças que Ocorreram no Âmbito Familiar**

É importante demonstrar a constituição da família contemporânea através das transformações sociais ocorridas, pois com o tempo os arranjos familiares foram se alterando e embora o modelo de família nuclear (pai, mãe e filhos) ainda predomine, não se pode dizer que esse é o único tipo de família, já que ocorreram mudanças e os arranjos familiares se modificaram.

A família é a principal responsável pela educação, formação dos filhos, ensinamentos dos valores éticos, morais, sociais para que esses indivíduos saibam se comportar socialmente, tornando-se sujeitos respeitáveis para que possam fazer parte do sistema dominante capitalista.

É no seio da família que o indivíduo precisa encontrar afeto, proteção, amparo e segurança para que tenha um bom desenvolvimento e uma boa socialização. No entanto a família não é a única a desenvolver esses papéis, ela deve ser amparada pelo estado e pela sociedade civil, um direito conquistado com o decorrer dos anos devido ao contexto histórico brasileiro.

De acordo com Miotto (2003, p. 165) família é:

Núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo que se acham unidas, ou não, por laços consanguíneos. Sua tarefa primordial é o cuidado e a proteção de seus membros, se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social na qual se insere

A família vem, historicamente, passando por algumas transformações devido às diversas mudanças na sociedade. Sendo assim, a família não pode ser vista com apenas um modelo homogêneo, pois existem diversos modelos.

Deste modo, para chegarmos ao conceito de família que foi adotado pela Constituição Federal de 1988, que vigora até hoje, é imprescindível fazer um comentário breve referente a esta evolução.

No início do século passado a família, unida pelo matrimônio, tinha a tutela do Código Civil, e trazia uma idéia discriminatória a respeito da família, sendo proibida a dissolução de um casamento. Por questões morais e religiosas a família idealizou o casamento como algo duradouro e “abençoado” e assim aceitavam apenas o modelo “perfeito” de família composta por pai, mãe e filhos.

A evolução social também trouxe mudanças relacionadas à família na legislação; deste modo, criou-se um novo conceito de família, onde a família é ligada pelo afeto e não apenas pelos laços consanguíneos.

Ao longo do tempo as diversas mudanças culturais, políticas, sociais, econômicas, ocasionaram transformações na formação da família. A industrialização contribuiu muito para essas novas organizações familiares, já que muitas mulheres, que antes eram responsáveis apenas pela casa e cuidado dos filhos, passaram a trabalhar nas fábricas e contribuir nas despesas, deixando a tarefa de educar os filhos para as escolas. Diversas mulheres, abandonadas ou divorciadas, se viram com a necessidade de trabalhar para sustentar seus filhos e tornando-se, assim, chefes da família

O tema família é estudado por diversas profissões tendo, assim, distintas experiências e pontos de vista de acordo com cada área profissional. No Caderno de Ação de Serviço Social: Serviços de Proteção Familiar (1994, p. 6):

Falar de família é falar de algo que todos nós experienciamos: falar de algo carregado de significados afetivos e cognitivos, carregado de representações, opiniões, juízos e expectativas atendidas ou frustradas. Falar de famílias é rememorar a nossa identidade e o nosso espaço mais íntimo de existência. É tocar no *locus* que da origem a nossa história.

Para o Serviço Social, família é um espaço primordial onde os indivíduos adquirem valores pessoais e sociais para, assim, formarem sua própria identidade. A Constituição Federal de 1988 dispõe em seus artigos 226 e 227:

“Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.  
Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

A família é responsável pela proteção dos seus membros, contudo o Estado tem papel primordial em assegurar à essas famílias condições dignas para reproduzirem a devida proteção.

Com os avanços constitucionais a família passou a ter um amparo do Estado, dessa forma ocorreu um grande progresso no cenário brasileiro e para as políticas sociais, enfatizando a seguridade social retirando a família do espaço privado e a inserindo nas políticas públicas, dentre outros direitos que foram assegurados. O Código Civil também apresentou alterações no ano de 2002:

O Direito de Família é tratado no Livro IV do novo Código, ocupando os artigos 1.511 a 1.783, com divisão em quatro Títulos assim nominados: Do Direito Pessoal, Do Direito Patrimonial, Da União Estável, Da Tutela e Da Curatela. (OLIVEIRA, 2003, s.p.)

Essas alterações trazem que a família não necessariamente precisa ser constituída através do casamento, trazendo a Gráfico da mãe responsável pelo lar e submissa a seu esposo.

A família contemporânea passa por mudanças em muitas dimensões, especialmente nas relações de afeto, a busca de emancipação feminina, mais autonomia e assim as novas formas de composições familiares. E de acordo com o Caderno de Serviços de Proteção Social e Famílias (1994, p. 12)

A forma que a família assume, jamais é linear. Ela se desenha e se redesenha no seu tempo e espaço de vida. Ocorrem a todo momento mudanças, processos de dissociação e associação, gerando novos arranjos e dinâmicas para responder as novas demandas de produção, trabalho, consumo, socialização, urbanização, etc.

Atualmente existem diversos arranjos familiares e um grande aumento de famílias monoparentais (onde apenas um dos pais é responsável pelo lar e filhos), especialmente as chefiadas por mulheres, pois hoje em dia as relações são mais flexíveis e estão menos sujeitas a regras e mais adequadas às necessidades de cada um.

Há também famílias onde não consta a presença de nenhum dos pais, e os filhos são criados por avós, tios ou qualquer outro membro familiar; famílias homoafetivas onde o casal podem ser dois pais ou duas mães que se relacionam e vivem juntos em união estável e adotam ou inseminam para ter filhos; famílias reformuladas pelo recasamento que derivam do segundo casamento da mulher ou do homem, entre outros tipos. Pode-se notar que a família não se baseia apenas em pai, mãe e filhos, de acordo com o Caderno de Serviços de Proteção Social as Famílias (1994, p.13):

Ela se expande e estabelece vínculos com as famílias biológicas de origem, vizinhos, amigos e compadrios. É ingênuo pensar que a família nuclear se basta. Ela é um protótipo. Em realidade a família nuclear constrói vínculos expandidos. O que existe concretamente é uma família extensa, e é esta extensão que varia de tamanho.

Outra característica da família contemporânea é a diversidade existente, pois atualmente mulheres e homens dividem tarefas que antes era exclusividade de apenas um deles, até mesmo nos casos de famílias nucleares, pois embora ainda não tenham tanto reconhecimento quanto os homens, grande parte das mães trabalham fora e dividem seus afazeres domésticos e a responsabilidades de cuidar dos filhos com o esposo.

No ponto de vista legal, os pais são responsáveis pelos cuidados e proteção de seus filhos até a adolescência e posteriormente quando os pais estiverem idosos, os filhos têm o dever de ampará-los.

Por fim a importância deste item foi ressaltar que atualmente existem diversos tipos de famílias e que cada uma apresenta suas particularidades; dessa forma, para a realização de um bom trabalho é necessário conhecer a realidade em que a família está inserida e suas reais necessidades.

## 4.2 Trabalho Social com Famílias

O trabalho social está voltado para indivíduos e famílias que se encontram em desproteção social, ou seja, que estejam em situação de vulnerabilidade e risco social.

A proteção social é um serviço desenvolvido no âmbito da Assistência Social com enfoque em ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, visando sempre atender as demandas sociais postas pelos sujeitos. Com a chegada do SUAS algumas mudanças ocorreram no cenário da Política de Assistência, como por exemplo a divisão da proteção social, sendo ela básica, discutida no capítulo anterior, e especial sendo de média ou alta complexidade.

De acordo com a PNAS (2004, p. 90):

A proteção social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família comonúcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

A Proteção Social traz embutida em si o sentido de proteger os indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. A mesma pertence ao tripé da seguridade, entretanto com caráter não contributivo; ou seja, para o sujeito utilizar do serviço ele não precisa pagar, não é uma lógica de mercado a qual se você compra o produto você utiliza, é um direito que deve ser acessado por todos que necessitar.

Segundo Sposati (2009, p. 20)

A ideia de proteção social exige forte mudança na organização das atenções, pois implica superar a concepção de que se atua nas situações só depois de instaladas, isto é, depois que ocorre uma desproteção. A aplicação ao termo “desproteção” destaca o usual sentido de ações emergenciais historicamente atribuídos e operado no campo da assistência social.

Ou seja, o indivíduo só é atendido no âmbito da proteção quando ele se encontra vítima de alguma violação de seus direitos. Mas quando fala-se em desproteção social, abrangem-se inúmeras expressões da questão social, tais como

o acesso precário a habitação, alimentação inadequada, crianças fora da escola, e outras múltiplas expressões da questão social; e em delimitação pode-se destacar um dos fenômenos abrangentes do século atual: o desemprego, sendo denominado também como fenômeno de desemprego estrutural. O desemprego é a porta de entrada para que outras possíveis manifestações da questão social ocorram, e se manifestem no núcleo familiar.

Quando a família se encontra em situação de desproteção social, ela fica vulnerável a inúmeras ameaças sociais, que se não for realizado um trabalho imediato e contínuo de superação, a mesma acaba se tornando cada vez mais vítima de violações de direitos, chegando assim à fragilização dos vínculos.

Sendo assim, faz-se necessário um trabalho de superação, não apenas com o indivíduo, mas também com todo seu contexto familiar; vale ressaltar que esse tipo de trabalho pode e deve também ser realizado como uma maneira de prevenção de riscos sociais.

Para se falar em transformação social de desproteção em que o indivíduo vivencia é importante ressaltar o seu âmbito familiar, pois é nesse contexto que se iniciam as primeiras relações sociais do sujeito.

Segundo Carvalho (2014, p.81):

A família como expressão máxima da vida privada é lugar da intimidade, da construção de sentidos e da expressão de sentimentos, é uma esfera de encontro humano e de história de vida, em que se expõe o sofrimento psíquico que a vida de todos nós põe e repõe diante das exigências postas pelo dia a dia em sociedade e em constante mutação.

A família não é apenas a reprodução de um ciclo biológico, mas também um espaço em que os sujeitos reproduzem seus valores e, assim, constroem sua identidade. Trabalhar com o indivíduo é tarefa primordial, mas trabalhar com sua respectiva família permitirá uma transformação maior na vida do sujeito.

A família, sem dúvidas, se enquadra na proteção social, logo a mesma deve ser trabalhada no contexto da Política Social, entretanto para realizar um Trabalho Social com Famílias o primeiro passo é diagnosticar que tipo de família estará sendo atendida, (família monoparental, nuclear, extensa, homoafetiva entre outras).

O trabalho social com famílias, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2012, p.10) é:

[...]“conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um grupo social, unido por vínculos consanguíneos, de afinidade e/ou solidariedade”.

São ações que contribuem para o desenvolvimento das potencialidades de todo o núcleo familiar, promovendo a prevenção de violações de direitos e garantindo que todos exercitem a cidadania.

Além de compreender o conceito do trabalho social com famílias, é necessário ter um conhecimento do conceito de família no âmbito da Política de Assistência Social, que de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2012; p.10):

- b) Contemplar a diretriz “matricialidade sociofamiliar” da política, que afirma a “centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos”<sup>2</sup>. Tal diretriz expressa que a organização da política de assistência social tem como pressuposto a família como um “sujeito de direitos”;
- c) Ressaltar que a centralidade da família, na política de assistência social, também deve-se ao reconhecimento da importância dessa instituição na proteção social dos indivíduos. A PNAS (2004) afirma que a família é o “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias”;
- d) Pontuar que, em decorrência dessa centralidade na família, dentre os principais objetivos da política de assistência social estão: a proteção à família, proteção aos seus direitos e a promoção do fortalecimento da convivência familiar e comunitária.

A partir da compreensão destes dois conceitos: trabalho social e família é o ponto de partida para iniciar um trabalho social. Esse trabalho não é simples, afinal trabalhar potencialidades e exercício da cidadania com famílias em situação de vulnerabilidade social é um trabalho árduo, e para que estes objetivos sejam alcançados um longo caminho deve ser percorrido.

Para desenvolver esse trabalho faz-se necessário delimitar as famílias a serem atendidas, o local que será executado o serviço e a equipe de técnicos. Os principais responsáveis pela execução deste serviço devem ter plena consciência de que é um direito dos usuários, não uma caridade, é uma Política Pública que está sendo realizada.

Por isso faz-se necessário uma equipe com conhecimento específico, teórico metodológico, técnico-operativo e ético político, para com a ação a ser executada. Esse tipo de trabalho ocorre no âmbito da Proteção Social Básica, e é desenvolvido de acordo com o PAIF.

Ainda de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2012, p.11) o trabalho social com famílias é:

“Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do seu reconhecimento como sujeito de direitos”.

O trabalho social com as famílias é um espaço para se materializar a proteção social básica, e uma maneira de garantir o acesso aos direitos sociais garantidos nos instrumentos legais.

Nesse serviço, assim como qualquer outro no âmbito da Política de Assistência, exige-se que aconteça a articulação com outras áreas de conhecimento, como a psicologia por exemplo.

Outro componente a ser ressaltado para realizar esse trabalho é a compreensão do território em que essas famílias administram suas relações sociais, o local onde residem.

[...] o território se configura como um elemento relacional na dinâmica do cotidiano de vida das populações. E o fato do território estar tão presente no cotidiano e na vida das pessoas evidencia que a história não se faz fora do mesmo, mesmo porque não existe sociedade a-espacial. (KOGA, ALVES 2010, p.03)

O território é o principal local em que os indivíduos se relacionam, adquirem costumes, valores pessoais, culturais, e constroem sua história, além de ser um forte elemento para a compreensão.

Compreender o território em que os indivíduos estão inseridos permite entender as demandas e os estereótipos presentes nele e que os usuários trazem interiorizados em si.

Após entender o que significa o Trabalho Social e importância do território em que a família vive, faz-se necessário realizar um diagnóstico do local em que essa Política será executada, podendo ser um CRAS, uma ONG (Organizações não Governamentais), etc.

É importante ressaltar, segundo Carvalho (2014, p. 91):

[...] não há fórmulas para o trabalho social, mas processos, estratégias e tempos diversos para produzir melhoria na condição de vida das famílias, bem como reduzir vulnerabilidades, respeitando e acolhendo valores, cultura e projetos de vida.

Não existe um roteiro para realizar o trabalho com famílias; tudo varia de acordo com as demandas que os profissionais forem diagnosticando e, assim, escolher a melhor maneira de realizar esse trabalho, sendo com aspectos de uma abordagem coletiva ou individual.

O trabalho social com famílias deve ser realizado de acordo com a Política de Assistência Social, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, presente na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

#### **4.3 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Âmbito Familiar**

Para que seja realizado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos existe todo um processo para sua implantação, e deve estar de acordo com o Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais; como será apresentado na tabela abaixo:

**Tabela 6** Passo a Passo do Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais

1° Passo	Dar ciência ao Conselho Municipal de Assistência Social sobre o reordenamento do SCFV.
2° Passo	Manifestar o aceite formal ao cofinanciamento federal para o SCFV por meio do “Termo de Aceite e Compromisso”.

3° Passo	Observar a Capacidade de Atendimento
4° Passo	Observar a meta de atendimento do público prioritário.
5° Passo	Garantir a oferta do SCFV para os usuários identificados nas Situações prioritárias
6° Passo	Promover a divulgação da oferta do SCFV
7° Passo	Organizar o espaço físico para a oferta do Serviço
8° Passo	Planejamento da oferta do Serviço
9° Passo	Organizar o funcionamento dos grupos SCFV
10° Passo	Recursos Humanos
11° Passo	Garantir articulação do SCFV na rede socioassistencial do SUAS
12° Passo	Garantir o acompanhamento e o monitoramento.
13° Passo	Registro dos usuários no SISC

Fonte: Passo a Passo do Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais, tabela elaborada pelas autoras

De acordo com a tabela acima, na implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos o primeiro passo é realizar um “Termo de Aceite” com informações da data da reunião, número da ata e a resolução do conselho. Para o preenchimento e envio desse termo houve um prazo que, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, seria até o dia “24 de Junho de 2013”.

O segundo passo é quando “Termo de Aceite e Compromisso” se formaliza e fica disponível no próprio site do MDS, assim o Gestor pode acessar informações sobre as faixas etárias que serão atendidas no Serviço, a quantidade de usuários a serem atendidas, dentre outras informações.

O passo seguinte fala sobre a organização do atendimento, ou seja, tem uma quantidade mínima de usuários que deverão ser atendidos no Serviço, essa quantidade corresponde a 180 usuários, número este que influencia na decisão do cofinanciamento do serviço.

O quarto passo aborda uma quantidade de usuário que se enquadra em situações prioritárias, e o quinto passo completa identificando quem são esses usuários que devem ser atendidos de maneira prioritária que, de acordo com Diário Oficial da União Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2013,

p.02), devem ser atendidas crianças, adolescentes e idosos que estão em situação de:

Art. 3º

I - em situação de isolamento;

II - trabalho infantil;

III - vivência de violência e, ou negligência;

IV - fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;

V - em situação de acolhimento;

VI - em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;

VII - egressos de medidas socioeducativas;

VIII - situação de abuso e/ ou exploração sexual;

IX - com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

X - crianças e adolescentes em situação de rua; (Diário Oficial da União, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2013, p.02)

XI - vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;

O sexto passo visa abordar a divulgação do serviço em todo o território de acordo com cada faixa etária, e podem acontecer através de cartazes, folders, meios de comunicação em massa; enfim, a finalidade é que o público alvo saiba que existe esse serviço e que esse público consiga estabelecer um vínculo com o mesmo.

O passo seguinte ressalta a importância de um espaço físico adequado para a realização dos encontros e das atividades a serem desenvolvidas; envolve espaço, ambiente limpo e iluminado, acessível a todos os usuários, etc.

O oitavo passo aborda a questão do planejamento das atividades a serem desenvolvidas nos encontros, lembrando que devem ser temas relevantes de acordo com a realidade vivenciada pelos usuários no território. Devem ser atividades com aspectos assimétricos, estabelecendo uma relação com o cotidiano do indivíduo. O próximo passo visa estabelecer a ordem temporal desses encontros, de acordo com a demanda e faixa etária dos sujeitos, assim os técnicos irão avaliar se tem necessidade de serem encontros diários, semanais, mensais, etc.

O décimo passo traz a questão dos recursos humanos que devem estar em consonância com a NOB-RH/SUAS, e deve ter a quantidade suficiente de profissionais para cumprir os objetivos do serviço, podendo ser de acordo com Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Passo a Passo (2013, p.12):

**Técnico de Referência** – profissional de nível superior que integra a equipe do CRAS para ser referência aos grupos do SCFV. Atua no planejamento do SCFV junto com o orientador social, atividades envolvendo as famílias dos usuários, a realização de reuniões periódicas com o orientador social responsável pela execução do SCFV e acompanhamento das famílias dos usuários, quando necessário;

**Orientador Social** – função exercida por profissional de, no mínimo, nível médio, com atuação constante junto ao(s) Grupo(s) e responsável pela execução do SCFV e pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático;

**Facilitadores de Oficinas** – função exercida por profissional com formação mínima de nível médio, responsável pela realização de oficinas de convívio por meio do esporte, lazer, arte e cultura e outras. É de contratação opcional.

Os profissionais podem ter formação em Serviço Social, Pedagogia, entre outras, variando de acordo com a função no Serviço.

O próximo passo aborda a articulação do SCFV com os demais serviços socioassistenciais sendo eles da Proteção Social Básica e Especial, PAIF, etc., e as demais Políticas Públicas. A articulação é de suma importância em qualquer Serviço, pois quando se trabalha com o indivíduo leva-se em conta toda sua história e a história do território que o mesmo está inserido; logo, todas as informações daquele sujeito são de extrema relevância e elas estarão atribuídas aos serviços que ao indivíduo será prestado.

O décimo segundo passo aborda o monitoramento, que é uma técnica de avaliar se o serviço executado está atingindo os objetivos postos, está promovendo a transformação social do sujeito, sendo também um forte instrumento para avaliar a qualidade do serviço prestado. É importante ressaltar que a qualidade do serviço deve estar em conjunto com o compromisso da equipe, buscando sempre capacitações, e estando sempre atualizado com relação às mudanças no serviço.

O último passo fala do registro dos usuários no Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), a qual é um instrumental que contribui para o acompanhamento dos usuários atendidos pelo serviço, e também uma forma do Governo Federal calcular o cofinanciamento repassado para a execução do mesmo.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve atender os sujeitos e suas famílias de acordo com o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social nos princípios da Proteção Social que é a matricialidade sociofamiliar; e de acordo com a PNAS (2009, p. 91) a família deve ter:

[...] a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero.

A família não deve ser vista apenas como um fator de rendimento econômico para a sociedade, mas sim como um âmbito de proteção para seus membros, pois é o primeiro ambiente em que o sujeito inicia sua socialização, adquire costumes e valores, e é importante que ela seja vista como um fator fundante para o desenvolvimento dos indivíduos.

O trabalho com as famílias permite que uma transformação social ocorra com um impacto maior, pois trabalhar apenas um indivíduo do núcleo familiar já é um avanço, no entanto conseguir trabalhar com toda sua família possibilita que aconteça uma transformação em maior completude.

Realizar esse trabalho exige de toda a equipe conhecimentos específicos e compromisso ético e visando sempre uma direção social, ou seja, todo esse trabalho deve ter um embasamento, um objetivo a ser alcançado, que neste caso visa sempre o desenvolvimento das potencialidades dos usuários, o acesso aos direitos sociais e a prevenção de possíveis violações de direitos.

Esse trabalho exige uma constante reflexão das demandas atendidas; a partir do momento que se diagnostica uma demanda social familiar é necessário que se crie estratégias para atender essa demanda, e o processo de reflexão é contínuo, dinâmico e segue de acordo com a realidade social e as demandas sociais.

Dessa forma se faz necessário o embasamento teórico, um conhecimento científico para lidar com esses fenômenos sociais, buscando sempre estratégias para superar, e por isso é importante que a equipe que for desenvolver esse trabalho tenha esse compromisso, que tenha um espírito crítico, seja pesquisador, tenha conhecimento do território que estará atuando, siga os objetivos do serviço, tenha planejamento das ações a serem executadas, etc.

É de suma importância conhecer o público que estará sendo atendido, e o principal, esse público, no caso as famílias, devem participar de todo o desenvolvimento do trabalho social, partindo dos princípios democráticos. As atividades a serem desenvolvidas no trabalho social com as famílias devem ser

planejadas e avaliadas junto com os usuários do serviço, afinal eles são o público, eles detêm o verdadeiro conhecimento sobre suas demandas.

É imprescindível que as ações a serem desenvolvidas no serviço estejam em consonância com os objetivos da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, sendo eles (2009, p.07):

- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

Esses objetivos caminham juntos com as ações a serem executadas no serviço, partindo da acolhida, as oficinas (os encontros), as ações comunitárias e particularizadas, os encaminhamentos, etc. A acolhida é fundamental, pois é o primeiro contato que as famílias têm com o serviço; é início do vínculo entre a família e o serviço proposto. Esse primeiro contato permitirá que o profissional, através de uma escuta qualificada, identifique as demandas e vulnerabilidades trazidas pelas famílias, identificando também as demandas coletivas.

Uma acolhida bem executada permite que o profissional estabeleça uma relação de confiança com os usuários, e através dessa confiança é possível extrair o máximo de informações para iniciar um estudo social. Através da acolhida é possível identificar temas a serem trabalhados com essas famílias, além dos que possivelmente já estariam propostos.

É importante discorrer que esse processo de acolhida pode acontecer de maneira individual ou coletiva, com mais de uma família; essa forma de acolher possibilita que os usuários identifiquem que muitas de suas demandas também são demandas de outro núcleo familiar, e possibilita também o repasse de informações sobre o serviço de uma vez só para todos. Contudo as famílias que forem acolhidas em grupo podem também ter um atendimento particularizado, pois em algumas

situações os usuários não se sentem a vontade para expor algumas demandas de caráter sigiloso em um grupo.

Após a acolhida é necessário realizar as Oficinas, os encontros com os usuários, que de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012, p. 24) as oficinas com famílias:

[...] têm por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos.

As oficinas permitem um processo de reflexão sobre as demandas vivenciadas cotidianamente, e permitem que as famílias identifiquem que demandas vivenciadas por uma, também está sendo vivenciada por outro; é um importante momento para instigar o desenvolvimento da autonomia com relação aos direitos sociais.

A execução dessas oficinas deve ter um espaço adequado que comporte os atendidos, deve ser um local limpo e arejado, com ventilação, conforto, com privacidade, etc. Esses encontros devem ter um tempo máximo para trabalhar o tema proposto, para não se tornar algo maçante e cansativo, os temas devem ser seguidos de dinâmicas promovendo um quebra gelo e descontração, para que os participantes se sintam a vontade. Os temas a serem trabalhados devem ter uma lógica e sequência, temas sempre relacionados ao objetivo do serviço, a realidade do território, temas que contribuam para respostas às demandas que os usuários relatam.

Existem dois tipos de oficinas, sendo elas a “aberta” e a “fechada”; a oficina aberta ocorre quando recebe integrantes em qualquer momento da oficina, sendo no começo ou no fim, não tem uma restrição de novos integrantes no decorrer do trabalho. Na oficina fechada ocorre o inverso, são oficinas restritas após o primeiro encontro. A escolha da forma de oficina parte dos técnicos responsáveis pela sua operacionalização.

Os encontros podem variar de acordo com a disponibilidade dos membros da equipe, de acordo com as demandas diagnosticadas, podendo ser semanal, quinzenal ou mensal.

No decorrer das oficinas é importante que ocorra uma avaliação com as famílias com relação ao serviço realizado, para identificar se está atendendo as expectativas dos usuários e os objetivos do serviço, os profissionais devem ter uma percepção com relação à frequência e entusiasmo das famílias com relação ao serviço para, assim, avaliar se os objetivos propostos estão sendo alcançados.

Outra ação fundamental nesse trabalho social com as famílias são as Ações Comunitárias, que são ações de caráter coletivo, com a mesma metodologia das oficinas, entretanto abrange um número maior de participantes. São objetivos das Ações Comunitárias, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012, p. 37):

[...] fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território, desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e a organização comunitária – por meio, principalmente, do estímulo à participação cidadã.

Essas ações possibilitam o exercício da cidadania, permite o acesso a informações, é um espaço que possibilita a prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais e o acesso a direitos previstos em leis.

As ações comunitárias podem acontecer de diversas maneiras, através de palestras, seminários, campanhas, eventos comunitários, etc., mas é importante que sejam de caráter social, informacional e educativo.

Existe outro tipo de ação, conhecida como Ações Particularizadas, que é o inverso das ações comunitárias, no sentido de abranger um número menor de participantes; geralmente acontecem quando a família não se sente a vontade para expor as demandas vivenciadas, ou que o técnico identifique que deve ser um trabalho minucioso e delicado, tendo a necessidade de ser individualizado.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012, p. 42):

A opção pela utilização de ações particularizadas no atendimento às famílias deverá ocorrer em casos extraordinários e têm por princípio conhecer a dinâmica familiar mais profundamente e prestar um atendimento mais específico à família, como nos casos: de suspeita de situações de violação de direitos [...]

É importante frisar que nas ações particularizadas deve tomar cuidado para que não se torne uma terapia, ou práticas tecnicistas, frisando sempre atender

os objetivos do serviço, e não apenas resolver um problema individual de apenas uma família.

Quando o profissional detecta uma demanda, possivelmente ela não será atendida em um só serviço; sendo assim há a importância de realizar encaminhamentos para outros serviços que compõem o a rede socioassistencial.

O trabalho social com famílias é delicado, pois abrange mais de um indivíduo, exigindo assim que seja um trabalho minucioso e detalhado; deve ser levado em consideração o território, a cultura, os valores que as famílias trazem interiorizadas. O trabalho com famílias possibilita a prevenção de futuras violações de direitos, afinal para que a família proteja seus membros, a mesma deve receber as devidas proteções.

O próximo item trará uma discussão acerca das contribuições que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos propicia no cotidiano de seus sujeitos.

## **5 AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE DESPROTEÇÃO SOCIAL**

Nesse capítulo, será apresentada a análise da pesquisa realizada no CAF, com o objetivo de apresentar a importância do trabalho com famílias das crianças e adolescentes também atendidas pelo núcleo.

Este capítulo está dividido, além da breve introdução, em cinco itens, e esses itens foram subdivididos em categorias sendo elas: categoria perfil das entrevistadas, categoria proteção social e participação social.

O primeiro item vem abordar a metodologia utilizada para a realização da pesquisa de campo, destacando o método utilizado que foi o materialismo histórico dialético, os métodos acessórios que foram as entrevistas, visitas, entre outros.

No item seguinte foi explanado um breve histórico sobre o respectivo campo de pesquisa, o CAF, destacando suas atividades desenvolvidas e dando

ênfase no Projeto criança é Vida, as quais estão inseridas os principais sujeitos da referente pesquisa.

O terceiro item trouxe o perfil das entrevistadas, destacando idade, sexo, renda, situação de moradia, entre outros, em consonância com o referido capítulo; no item seguinte foi abordado sobre a categoria proteção social a qual visa apresentar elementos relacionados como: número de residentes no domicílio, número de cômodos, destes quantos são quartos, quantidade de pessoas que dormem em cada cômodo, etc.

E, por fim, o último item traz a categoria participação social destacando neste item a sua importância no âmbito da efetivação dos direitos, sendo um forte instrumento de mediação entre o usuário e os órgãos, o qual materializa as ações voltadas para os mesmos.

## **5.1 Metodologia da Pesquisa**

A pesquisa tem por objetivo apresentar a importância da execução de um trabalho com família, sendo uma estratégia para expandir uma possível transformação social com as famílias das crianças e adolescentes atendidas pelo núcleo.

A pesquisa é um instrumental de suma importância, pois permite que os pesquisadores consigam responder suas indagações a cerca de uma determinada problemática; vale ressaltar que é com base científica, falível e passível de verificação. Este estudo utilizou-se de algumas técnicas de pesquisa, tais como a pesquisa de campo com análise qualitativa.

De acordo com Camurra e Batistela (2009, s.p.):

A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados. A abordagem qualitativa é aquela que busca descrever e analisar a cultura e comportamento humano, do ponto de vista dos que estão sendo estudados e em seus ambientes naturais.

A pesquisa de campo de cunho qualitativo possibilitou uma aproximação da realidade que as entrevistadas vivenciam em seu cotidiano, levando em consideração os costumes, valores, que esses indivíduos trazem interiorizados em si.

A problemática levantada para a execução da respectiva pesquisa está voltada para indagações referentes à contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, enquanto um meio para a superação de desproteção social que as famílias atendidas pelo núcleo vivenciam no seu cotidiano, as possibilidades de acesso das famílias referente aos serviços socioassistenciais e as ações preventivas pautadas na defesa dos direitos e no desenvolvimento de capacidade e potencialidades existentes no território.

Algumas hipóteses levantadas pelas autoras referem-se diretamente ao serviço executado pelo núcleo, sendo que o CAF contribui no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários das famílias em situação de desproteção social.

Outra hipótese é que as crianças e adolescentes que freqüentam o núcleo tiveram uma melhora no desempenho escolar e com isso contribuiu para a permanência deles tanto na escola quanto no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Outra conjectura levantada é que as famílias das crianças e adolescentes que são atendidas no Serviço estão satisfeitas, e reconhecem a importância das ações executadas pelo CAF.

O objeto de estudo da pesquisa enfoca os indivíduos e suas respectivas famílias que se encontram em situação de desproteção social, e a importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o processo de prevenção e superação de situação de vulnerabilidade e risco social.

Os objetivos levantados pelo grupo foca na efetivação dos serviços para que os indivíduos não tenham seus direitos violados, e assim garantir a proteção social, promover o exercício da cidadania para, assim, alcançar sua autonomia e emancipação.

As hipóteses levantadas para a realização do presente trabalho é que o CAF, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, juntamente com toda rede socioassistencial deve garantir que todo o serviço necessitado pelo usuário seja efetivado usando todos os meios de viabilizações de direitos, como por

exemplo, a participação dos grupos de fortalecimento dos vínculos familiares e sociais que muitas vezes foram rompidos ou se encontram fragilizados e, com isso, desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos. Portanto, o serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas as famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

O universo da pesquisa do presente trabalho corresponde às famílias dos adolescentes, e a escolha das entrevistadas se deu por meio de critérios, sendo eles as famílias dos adolescentes que estão inseridos no Projeto há mais de três anos, pois na maior parte das vezes os adolescentes estão no núcleo desde os sete anos permanecendo até os quinze, facilitando assim, a apresentação de impactos transformadores no cotidiano dos adolescentes e sua família.

O método utilizado para a realização desta pesquisa foi o dialético, pois é o método essencial para se elaborar uma tese partindo de uma veracidade.

“O objeto dialeticamente tratado é proposto, para, a seguir, se auto-superar mediante o confronto com seu próprio contraditório, vindo a ser inteiramente outro como resultado de si mesmo”. (MEZZAROBBA, 2009, p. 73)

Para elaboração do presente trabalho foi utilizada pesquisa bibliográfica, documental, eletrônica, textos para fins didáticos trabalhados em sala de aula, instrumentos legais e artigos relacionados ao objeto de pesquisa.

Além destes instrumentais foram utilizadas pesquisas de campo, de cunho qualitativo e quantitativo, sendo executada através de entrevistas como estruturada e sem – estruturada.

De acordo com Gil (1999, s.p):

Entrevista é uma técnica de pesquisa que visa obter informações de interesse a uma investigação, onde o pesquisador formula perguntas orientadas, com um objetivo definido, frente a frente com o respondente e dentro de uma interação social.

As entrevistas foram realizadas no mês de setembro do ano de 2014, através de questionário e os indicadores levantados foram tabulados em gráficos; as perguntas abertas foram transcritas na íntegra.

Para uma efetiva interpretação a pesquisa foi dividida em categorias, sendo elas: a primeira apresenta o perfil dos entrevistados, a segunda aborda questões relacionadas à Proteção Social e a terceira categoria aborda o protagonismo dos entrevistados com relação às ações ofertadas no território, sendo denominada como categoria Participação Social.

Diante do que foi exposto, a seguir serão apresentados os indicadores extraídos nas entrevistas com os responsáveis dos adolescentes atendidos nas ações desenvolvidas pelo Centro de Apoio À Família.

## **5.2 Centro de Apoio à Família**

O local onde será desenvolvida a pesquisa de campo refere-se ao CAF, o qual é um núcleo mantido pela organização sem fins econômicos, Lar dos Meninos (LADOME) que realiza seus trabalhos no Parque dos Pinheiros, no Município de Alvares Machado, território marcado pela exclusão e por diversas manifestações de violência e extrema pobreza.

O CAF é composto por uma equipe interdisciplinar para conseguir realizar seus serviços, tendo uma assistente social que realiza o trabalho de coordenadora, três estagiárias de serviço social, cinco educadores sociais, sendo estes três formados em Pedagogia, uma com formação em Educação Física e uma formada em Educação Artística, uma nutricionista, uma cozinheira, uma auxiliar de cozinha, duas serviços gerais e um zelador.

O CAF desenvolve suas ações voltadas para o idoso, crianças e adolescentes e família a qual é vitimas das diversas expressões da questão social que tem origem do sistema de acumulação de riquezas nas mãos de poucos que se conhece, também como capitalismo.

O CAF está vinculado com a Política Nacional de Assistência Social, a qual define como publico alvo:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal

resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – PNAS, 2004, p.34)

As ações desenvolvidas no CAF estão inseridas no eixo da Proteção Social Básica, que de acordo com a PNAS/2004 tem por objetivo:

[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras. (PNAS, 2004, p.35)

Entre as ações está o Plantão Social, que ocorre mediante a procura do usuário, ou quando o próprio profissional identifica no território a necessidade de uma possível intervenção e através desta ação consegue-se também realizar ações como o programa horti-fruti, alimentos, leite destinado a famílias em situação de vulnerabilidade social.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, Adolescentes e idosos: O serviço de convivência com o idoso é desenvolvido por meio de encontros semanais, em média com quarenta idosos, que são residentes do próprio bairro, e que tem por objetivo trabalhar em busca do fortalecimento dos vínculos familiares e sociais e, através das atividades desenvolvidas, possibilitar acesso aos seus direitos e que tenham um processo de envelhecimento saudável.

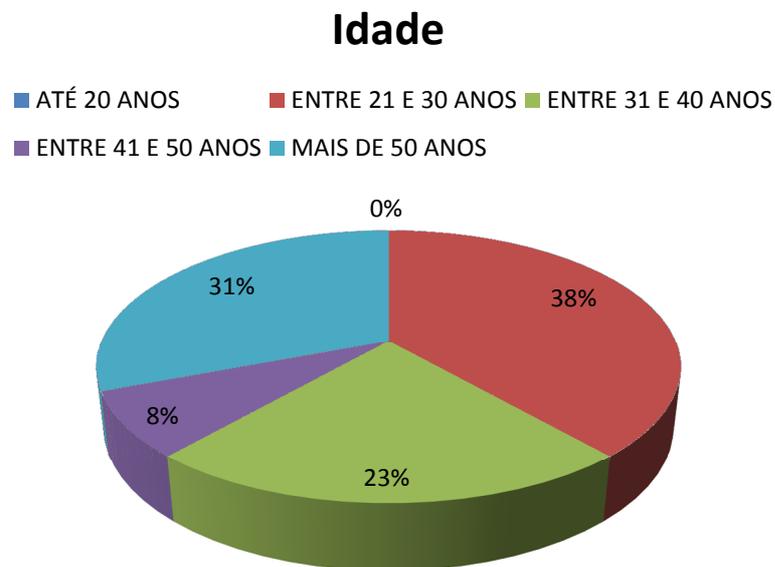
O CAF executa também ações como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para criança e adolescente de seis a quatorze anos, com nome “Projeto Criança é Vida”, a qual foi o universo central para executar a pesquisa, adolescentes que estão inseridas neste serviço há mais de três anos.

No próximo item será explanado o resultado da pesquisa de campo realizada no Núcleo.

### 5.3 As Contribuições que o CAF, Através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Propiciou nos Cotidianos das Famílias que se Encontram em Situação de Desproteção Social

Neste item serão apresentados indicadores relacionados ao perfil dos entrevistados.

**Gráfico 1** Perfil dos Entrevistados



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

O Gráfico acima apresenta indicadores relacionados à faixa etária das pessoas que foram entrevistadas; através desta pode-se concluir que a maior parte, 38%, está entre 21 e 30 anos, corresponde a um grupo de responsáveis jovens. Adiante o gráfico apresenta que 31% correspondem a uma população com idade maior de 50 anos. E por fim 8% que correspondem de 41 a 50 anos.

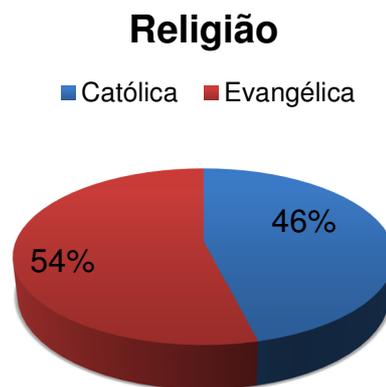
No decorrer da entrevista foram levantados indicadores relacionados ao sexo, e todos os entrevistados são do sexo feminino. De acordo com Mariano, (2008, p.04):

A concepção de família está mais aberta e ampliada, porém são mantidas as mesmas expectativas sobre o papel da família e suas responsabilidades enquanto um grupo/arranjo de proteção cuidados dos indivíduos, principalmente o papel da mulher/mãe como principal elemento provocador

de mudanças, e tendo um papel ativo para a configuração de uma “boa família”.

O Gráfico da mulher, a qual é responsável pelo bem estar da família, ainda é muito presente, existe uma hierarquia de valores que são distintas de acordo com o sexo; ainda a mulher é responsável pela educação dos filhos, ainda é ela que procura a Assistência Social em busca de condições que favoreçam a família a sair da situação de vulnerabilidade social. Além disso, existe uma grande divisão no que diz respeito aos papéis dentro de casa, sendo dividido o que é papel do homem, e o que é papel da mulher.

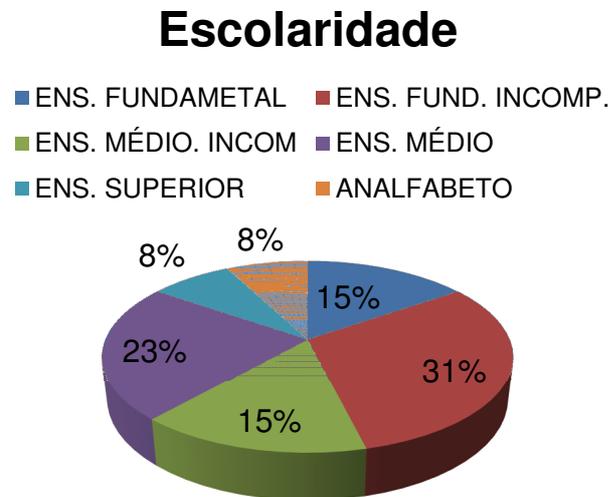
## Gráfico 2 Religião



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

De acordo com os indicadores apresentados no gráfico acima, observa-se que 100% dos entrevistados possuem uma religião, e que desses 54% seguem o Catolicismo, e 46% frequentam Igrejas de religião evangélica e a diferença de um indicador para o outro é mínima.

Este fator é de grande relevância no que diz respeito aos trabalhos sociais realizados no território, pois essas famílias têm enraizada a concepção de que algumas demandas não necessitam de intervenção e essas serão superadas pela fé; dessa maneira pode-se concluir que mesmo essas famílias, tendo conhecimento que existem outros meios para superar suas demandas sociais, ainda acreditam na hipótese que a fé ajudara a sair dessas condições.

**Gráfico 3** Escolaridade

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

No que diz respeito à escolaridade os indicadores se apresentam da seguinte forma: 31% das entrevistadas possuem o Ensino Fundamental Incompleto e é importante ressaltar que o fundamental I corresponde até o 5º Ano, logo se conclui que o grau de escolaridade é baixíssimo, e pode implicar com relação à situação trabalhista das entrevistadas.

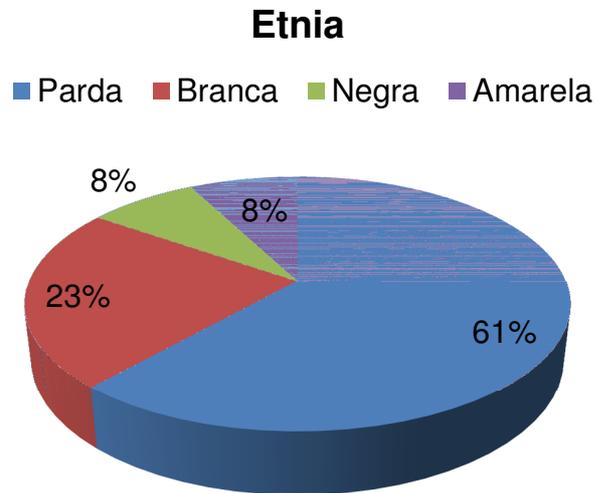
Outro indicador preocupante é que 8% são analfabetas; embora seja um indicador pequeno, não deixa de ser um fator que contribua também para o número de desempregadas.

Nos dias atuais a educação é um fator contribuinte para o desenvolvimento dos indivíduos, e o não acesso a ela é uma grande violação de direitos. Esse não acesso é caracterizado pelo que se chama de evasão escolar; a evasão escolar ocorre por inúmeros motivos, que de acordo com o site Infoescola “Escola distante de casa, falta de transporte escolar, não ter adulto que leve até a escola, falta de interesse e ainda doenças/dificuldades dos alunos.” (s,a, s.p.)

O fato dos responsáveis não terem concluído nem o ensino fundamental, como apresentado no gráfico acima, influencia na criação dos filhos, pois em grande parte dos casos, filhos que tem pais que não concluíram os estudos tem uma grande chance de possuir baixo desempenho escolar; este fenômeno

envolve questões culturais e afeta diretamente no estímulo das crianças e adolescentes no que diz respeito à escola.

**Gráfico 4** Etnia



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

Com relação à etnia das entrevistadas nota-se que 61% se consideram parda, 23% branca, e os outros 16% se dividem para a etnia negra e amarela. É importante ressaltar que é uma questão auto declaratória, a qual o entrevistado diz a cor que se considera. Um fator que é de suma importância ressaltar é que ainda há um forte preconceito no que diz respeito à pessoa negra, preconceito e discriminação que está embutida até naquelas pessoas que naturalmente são negras. A cultura é de suma importância e são em indicadores como esses se materializam.

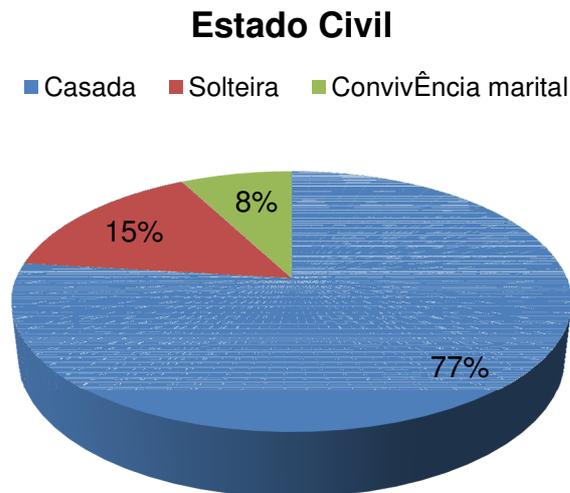
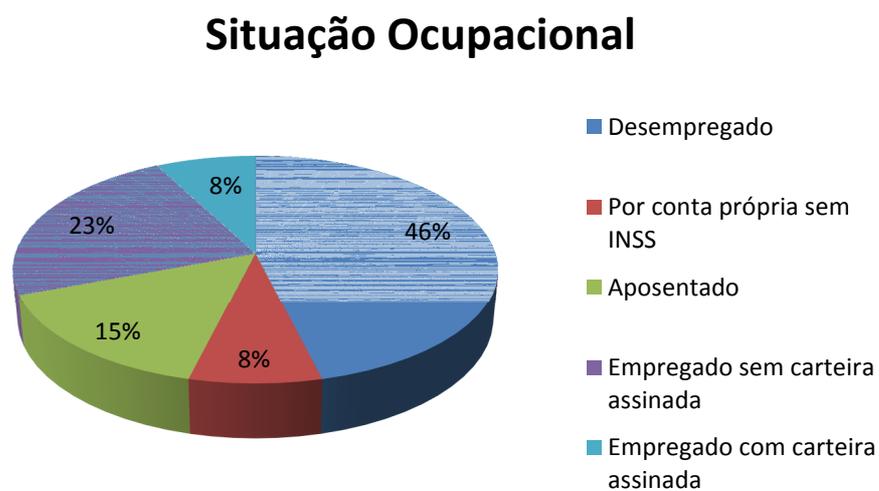
**Gráfico 5** Estado Civil

Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

O gráfico acima apresenta o estado civil das entrevistadas; como se pode perceber 77% relataram estar casadas, um número extremamente expressivo, e juntando com os indicadores de que 8% estão em convivência marital, embora não se considera casamento aos olhos legais, e é uma expressão de constituição de família.

**Gráfico 6** Situação Ocupacional

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

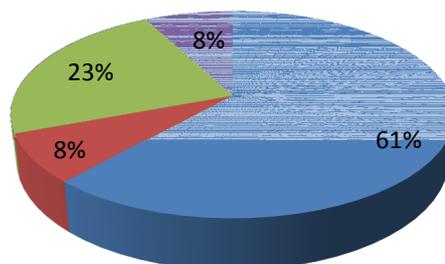
Diante dos indicadores apresentados no Gráfico acima se pode concluir que 46% das entrevistadas estão desempregadas, 23% são trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada, 15% já estão aposentadas, e 16% estão divididas em trabalhadoras por conta própria, mas sem pagar o INSS e a outra metade trabalham com carteira de trabalho assinada.

Como 100% das entrevistadas são do sexo feminino, diante de um olhar com embasamento teórico pode-se entender que, embora a mulher tenha conquistado grandes direitos, buscando a igualdade de tratamento com relação aos homens, ainda temos reflexos de uma sociedade arcaica, pois a maior parte das mulheres está desempregada, e a outra grande parte trabalha, porém sem carteira de trabalho assinada, ou seja, é um reflexo também de um trabalho precarizado, sendo assim a orbita de direitos da mulher avança, mas de uma maneira mascarada retrocede aos tempos antigos.

**Gráfico 7** Motivo Para Constituir Família

### Qual Motivo levou a Constituir Família

■ CASOU ■ ENGRAVIDOU ■ SAIU DE CASA ■ FOI EXPULSO DE CASA



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

Diante do que foi exposto no gráfico acima, pode-se concluir que ao indagar as entrevistadas a respeito do que as levou a constituir uma família, 61% relataram que foi através do casamento. De acordo com Carelli (2008, p. 07) “Casamento é o vínculo jurídico entre o homem e a mulher que visa o auxílio mútuo material ou espiritual, de modo que haja uma integração fisiopsíquica e a constituição de uma família legítima”.

O casamento ainda é um forte elemento, ao que diz respeito na forma de constituir uma família, e esse fator acontece de forma histórica e cultural. Outro indicador expressivo que o Gráfico apresenta é que 25% das entrevistadas constituíram família ao sair de casa, esse número é compatível com o que diz respeito ao estado civil, pois essas se encontram em convivência marital, a qual também tem todos os direitos de uma pessoa casada, mas aos olhos legais não se constituem como casamento. Outro número que aparece é que 8% constituíram família após engravidar, levando em conta as múltiplas vulnerabilidades presentes no território esse indicador aparece de forma mínima, e outros 8% foi expulso de casa.

#### **5.4 Território, Pertencimento e Proteção Social**

O território é um espaço a qual o indivíduo inicia suas primeiras relações sociais, adquirem costumes, valores culturais, e constroem sua identidade. É natural que tenham um forte vínculo com o local onde nasceram, ou residiram, por muitos anos.

“(…) territorialização como instrumento fortalecedor da democratização por permitir o conhecimento objetivo das diferenças de acessos (...) é preciso entender o território como um espaço dinâmico de relações onde necessidades e possibilidades se confrontam no cotidiano”. (Sposati, 2009:1)

É importante frisar que quando se inicia um trabalho com o indivíduo temos que levar em consideração os costumes e valores que o mesmo traz, a qual foi interiorizada por experiências vividas em seu cotidiano. O território é um forte instrumento para compreender as demandas que esse sujeito apresenta. Quando se olha para o território significa ir além da singularidade que o indivíduo apresenta, é atingir sua particularidade.

Para trabalhar o contexto particular do sujeito é importante que toda a rede socioassistencial trabalhe o meio social que o sujeito se encontra, garantindo a execução da proteção social.

A Constituição Federal propiciou que a proteção social tivesse um grande avanço, possibilitando marcos históricos que são utilizados até os dias de hoje, tais como o tripé da seguridade social (saúde, previdência e assistência social) e uma maior cobertura e deslanche dos programas sociais.

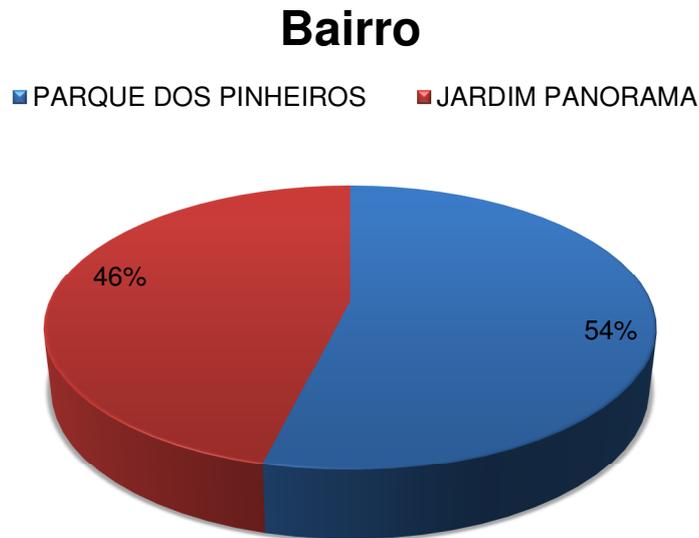
A proteção social é um serviço desenvolvido no âmbito da Assistência Social com enfoque em ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, visando sempre atender as demandas sociais postas pelos sujeitos.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004, p. 90):

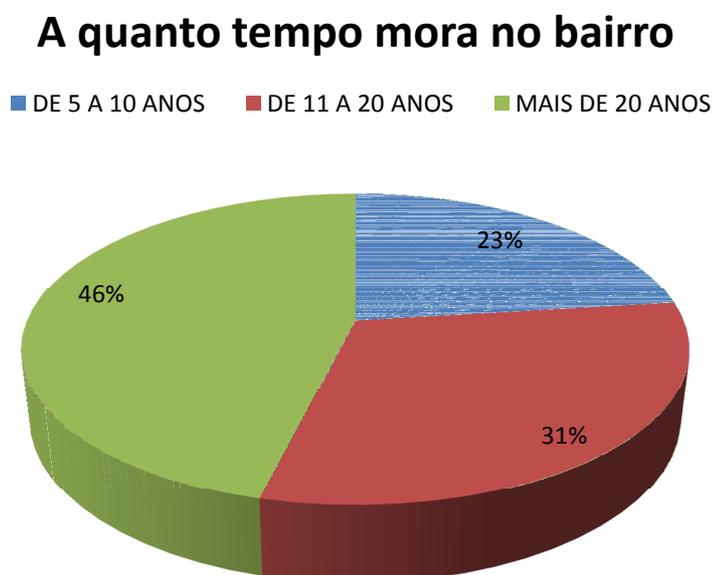
A proteção social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

A proteção social visa prevenir a violação de direitos evitando, assim, que o indivíduo e sua respectiva família se configure em situações de vulnerabilidades e/ou risco social e pessoal.

Dessa forma, no decorrer da entrevista as entrevistadas foram questionadas no que diz respeito ao território em que residem, e questões relacionadas à Proteção Social. Foram levantados indicadores relacionados à situação de moradia, se tem acesso a algum benefício de transferência de renda, quais tipos de serviços a família está sendo atendida, desde serviços socioassistenciais até serviços como pavimentação, saúde, energia elétrica, ao número de residentes no domicílio, número de cômodos, destes quantos são quartos, quantidade de pessoas que dormem em cada cômodo, se algum membro da família está em situação de acolhimento institucional, situação de rua, recluso, cumprindo medida socioeducativa, entre outros.

**Gráfico 8** Bairro

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

**Gráfico 9** Tempo de Moradia no Bairro

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

Atualmente, segundo dados da Prefeitura de Álvares Machado, o município conta com 49 bairros, o Distrito de Coronel Goulart a 21 km, e o Distrito de

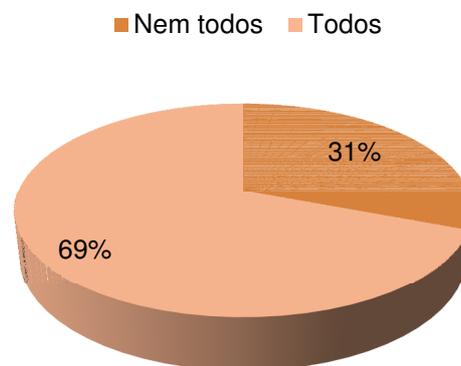
Parque dos Pinheiros I e II e Jardim Panorama a 10 km do Centro do Município. Como apresentado na Gráfico 8 54% das entrevistadas residem no Bairro Jardim Panorama, e os outros 46% no Bairro Parque dos Pinheiros.

A Gráfico 9 corresponde ao tempo de residência que essas entrevistadas tem em seus bairros, a maior parte a qual corresponde a 46% residem a mais de vinte anos, 31% corresponde entre 11 e 20 anos e por fim 23% de 5 a 10 anos.

Dessa forma, entende-se que a maior parte possui um grande tempo de permanência no território e, sem duvida, existe um vinculo social entre essas entrevistadas e seus respectivos bairros.

**Gráfico 10** Como se Sente no Bairro

### Sua família se sente bem onde mora



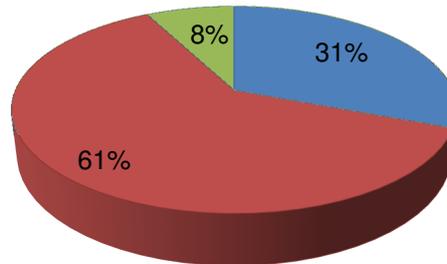
Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

O Gráfico acima tem por objetivo avaliar a opinião das entrevistadas em relação à satisfação por residirem no respectivo território de pesquisa. Diante dos indicadores apresentados nota-se que 69% relataram que nem todos os membros da família se sentem satisfeitos em morar nesses bairros. Os outros 31% expuseram que todos os membros se sentem bem em residirem nesse território.

**Gráfico 11** Gostaria de Mudar?

### A família gostaria de mudar

■ Nem todos ■ Não ■ Sim



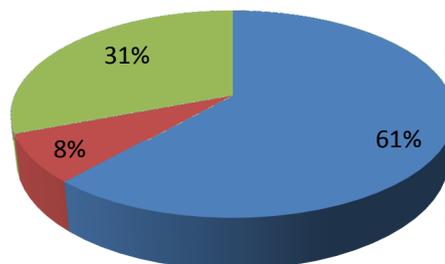
Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

Diante dos números apresentados acima observa-se que 61% não tem vontade de mudar de local, porém como apresentamos anteriormente, a maioria deseja melhores condições de moradia e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida.

**Gráfico 12**

### Na opinião dos outros qual a imagem do seu bairro

■ Ruim ■ Muito Ruim ■ Boa

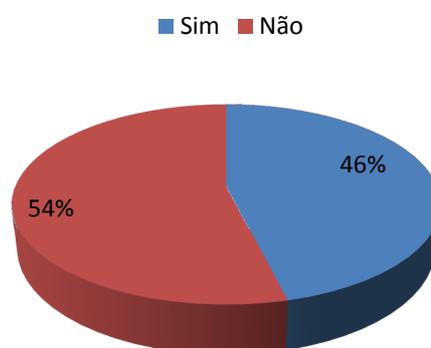


Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

Nessa questão as entrevistadas foram questionadas sobre como o seu bairro é visto pela população, e 61% relataram que a imagem é negativa, pois o bairro é marcado por alto índice de violência, pobreza, drogas, entre outras expressões da questão social. Entretanto 31% relatou que acredita que as outras pessoas tem uma visão boa do território, e 8% relatou ser muito ruim, e essa porcentagem pode ser inclusa nos 61% que relatou ser uma imagem ruim.

**Gráfico 13** Uso de Bebida Alcoólica

### Faz uso de bebida alcoolica

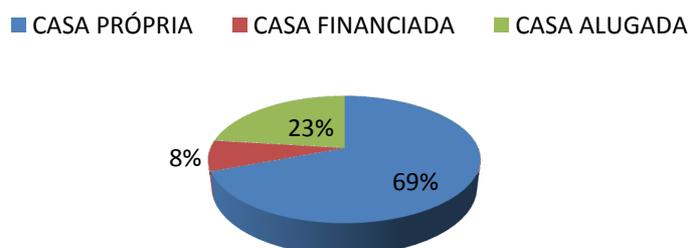


Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

Com relação a esse gráfico, no que diz respeito ao uso de bebida alcoólica, nota-se que 54% não faz uso do álcool, e 46% relatou que faz o uso. A diferença é mínima entre ambos os resultados.

**Gráfico 14** Moradia

### Situação de moradia

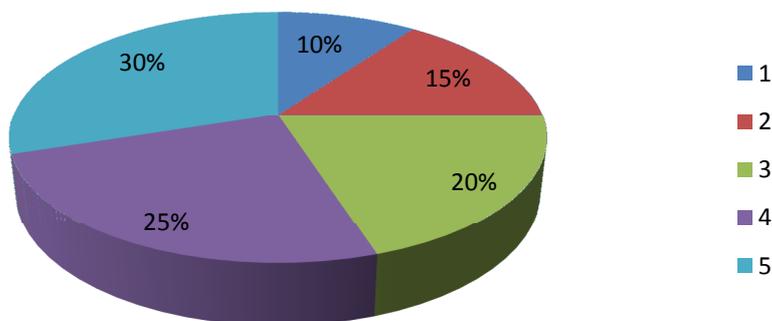


Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

Diante do que o gráfico apresenta é possível notar que 69% possuem casa própria, 23% moram em casa alugada e 8% estão em casa própria porém estão pagando o financiamento. Dessa maneira pode-se concluir que apesar de se estar referindo a famílias que se encontram em desproteção social, a maioria das entrevistadas possuem residência própria.

**Gráfico 15** Pessoas que Moram no Domicílio

### Quantidade de pessoas que moram no domicilio



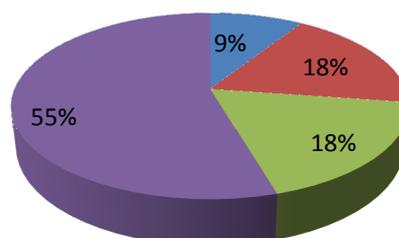
Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

De acordo com o gráfico acima, podemos notar que a maior parte das famílias entrevistadas, ou seja, 30% moram com mais cinco pessoas na residência. Logo após 25% que correspondem as famílias que moram com 4 pessoas na casa, 20% moram com 3 pessoas, 15% moram com 2 e 10% equivalem as famílias que moram com mais 1 pessoa na casa.

**Gráfico 16** Transferência de Renda

### Recebe algum benefício de transferencia de renda

■ BOLSA FAMÍLIA                      ■ AÇÃO JOVEM  
 ■ BOLSA FAMÍLIA, RENDA CIDADÃ   ■ NENHUM



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

A partir do que apresenta a Gráfico acima, constata-se que embora o território seja marcado por extrema vulnerabilidade e risco social, grande parte das entrevistadas não recebem nenhum benefício de transferência de renda correspondente aos 55% apresentado, sendo que estes benefícios se destinam exatamente para aqueles que não possuem renda, contudo teria que ter uma investigação a respeito do desse fator, pois se a maioria não trabalha, logo não tem renda e dessa maneira possuem os critérios necessário para participar dos programas.

A Gráfico ainda apresenta que 18% das entrevistadas recebem Bolsa Família e Renda Cidadã, outros 18% recebem Ação Jovem e, por fim, 8% recebem apenas Bolsa Família.

**Tabela 7** Acesso a Serviço Básicos

Serviço Atendido	Número de Família que tem acesso
Energia Elétrica	13
Água Encanada	13
Esgoto	13
Coleta de Lixo	13

Correio	13
Telefone Fixo	3
Internet	7
Iluminação Pública	13
Asfalto na Rua	7

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras, 2014.

Considerando que foram treze famílias entrevistadas, todas têm acesso a serviços básicos de subsistência sendo eles: energia elétrica, água encanada, esgoto, coleta de lixo, correio e iluminação pública. Uma pequena parcela de três entrevistadas tem acesso ao telefone fixo, sete famílias têm acesso à internet e outras sete acesso à pavimentação. Embora a pavimentação seja um direito básico e fundamental para os cidadãos, grande parte do território dos Bairros Parque dos Pinheiros e Jardim Panorama ainda não possuem ruas asfaltadas.

No decorrer da entrevista as entrevistadas foram questionadas a respeito do que consideram uma família protegida, contudo para que essa questão pudesse ser respondida o grupo fez uma breve explicação sobre a mesma, dando exemplos tais como: uma família protegida é aquela que tem o amparo do Estado, que possuem seus direitos garantidos e efetivados por lei, que tem acesso aos serviços básicos do território, entre outros.

Entretanto pode-se perceber que, mesmo com uma breve explicação, as entrevistadas relutam e não entendem esse conceito, considerando família protegida aquela que não tem violência, e que tenha os pais por perto; confirma-se isso através dos relatos a seguir:

**Entrevistada A** “É sem nenhum tipo de violência né”.

**Entrevistada B** “Os pais estando por perto, sempre tá participando das reuniões da escola, como aqui no CRAS”.

**Entrevistada C** “É o pai e a mãe tá interagindo com as atividades do filho no dia a dia, tá vendo o que acontece tá participando mais da vida dele”.

**Entrevistada D** “Ah que tem que ter essa presença do pai de todo mundo né. Toda a família.”

**Entrevistada F** “É uma família unida né, sempre uma pela outra uma ajudando a outra né.”

**Entrevistada G** “É que tem pai e mãe, a minha é protegida porque tem pai e mãe pra proteger a criança.”

**Entrevistada H** “Ai fia isso ai tá difícil, não sei o que é uma família protegida, todo mundo corre risco, ai num sei essa é a única que eu não sei eu sou meio burra, eu não sei se eu não entendi a pergunta... Bom a gente

tem a assistência que colabora com a gente, o pai aqui as crianças deu uma boa melhorada”.

**Entrevistada I** “É quando tem pai e mãe ne.”

**Entrevistada J** “é os pais, não é lá fora é os pais aqui dentro, protegida não é a questão de diminuir os passos de brigar de reclamar de não deixar fazer as coisas é aconselhar principalmente aconselhar explicar o que é certo e o que é errado”.

No que diz respeito a essa questão, diante do que foi explícito acima, se pode concluir que todas essas famílias só se consideram protegidas se tiver a presença de pai e mãe, ou seja, uma visão totalmente distorcida do que de fato seria uma família protegida. Essas falas estão totalmente voltadas para o senso comum, e isso é uma demanda, afinal o acesso ao conhecimento dos direitos é de suma importância para o usuário destes, contudo diante dessas falas podemos concluir que essas famílias não tem acesso no que diz respeito ao conhecimento e entendimento de seus direitos, como por exemplo: o Estado não aparece nessas falas, e provavelmente nem elas sabem da função protetiva que o Estado deve ter.

É importante que no território aconteçam ações pautadas na informação dos direitos sociais que esses sujeitos têm, ações essas de cunho qualitativo desenvolvida através de folders, palestras, movimentos, etc. Essas ações podem ser desenvolvidas no referido campo de pesquisa, de início com as famílias das crianças e adolescentes atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Ainda a respeito dessa questão outras falas marcantes foram relatadas, segundo:

**Entrevistada E** “Eu acho assim uma família protegida é viver a palavra, as mães saber conversar com o filho”.

**Entrevistada L** “Quer que eu fale bem a verdade, uma família protegida é uma família que tem Deus, sem deus a gente não é nada, na verdade o nosso protetor o nosso escudo e a nossa fortaleza é ele”.

Ou seja, diante do exposto, é nítido que para essas duas entrevistadas uma família protegida deve ter a presença de Deus, e quando a entrevistada **E** diz “é viver a palavra”, ela se refere à Bíblia. A presença da religião é fortíssima, embora tenhamos que respeitar a opinião e a crença de cada um, é importante destacar que uma família protegida vai além de ter apenas a presença de Deus, e sim ter de fato o Estado como instrumento material para dar a proteção que essas famílias necessitam, para que assim possam proteger seus membros. Essa é uma questão delicada, pois o envolvimento cultural da religião é muito forte, contudo deve ser

trabalhado com essas famílias que seus direitos vão além de sua própria Fé, e estão legalizados e materializados na órbita dos direitos.

Uma última fala que chamou a atenção foi a seguinte:

**Entrevistada K** “Protegida, bom eu particularmente acho que nenhuma família tá protegida, assim é o meu pensamento, porque a gente tá sujeito a acontecer coisas com qualquer um, então... mais a base de tudo pra evitar é a educação, assim é o meu pensamento mais protegida acho que ninguém tá a gente tá sujeito a tudo”.

**Entrevistada M** “Ai num sei te explicar, acho que cuidados muitos cuidados pra ter mais proteção tem que ter cuidados... cuidado amor compreensão tudo isso pra ter proteção e a criança se sentir protegida”.

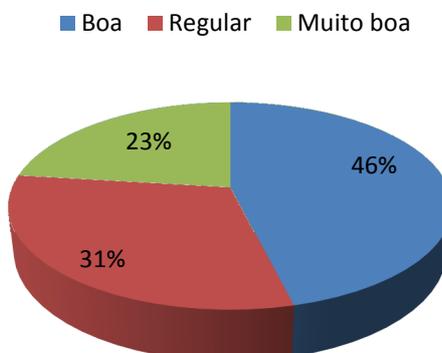
Observa-se na fala da entrevistada K o que ela sente que é uma família protegida é aquela que não tem nenhum tipo de violência, entretanto reafirma que protegida hoje em dia não está ninguém, pois todos estão sujeitos a riscos. Do ponto de vista do risco essa fala não está tanto no senso comum, entretanto sabemos que a violência é apenas uma de outras múltiplas expressões da questão social a qual todo indivíduo pode estar sujeito e de certa forma desprotegido.

Já no que diz respeito à outra fala o grupo concluiu que a entrevistada acredita que o afeto pode suprir a desproteção; e olhando da órbita dos vínculos de fato essa criança ou adolescente está protegida na questão do rompimento dos vínculos familiares, mas como dito anteriormente a proteção vai além de todos esses aspectos, entretanto não podemos descartar a ideia de que estar em segurança sem violência e com afeto em casa é um meio de família em situação de proteção social, embora ainda esteja bem distante do real significado deste conceito. É importante frisar que mais uma vez o Estado está bem distante das falas aqui apresentadas.

No decorrer da entrevista, as entrevistadas foram questionadas sobre a relação que tem com seus filhos ou netos a qual são responsáveis, e os resultados dessa pergunta foram tabulados e apresentados a seguir.

**Gráfico 17** Relacionamento com os Filhos

### Como você considera a sua relação com os seus filhos



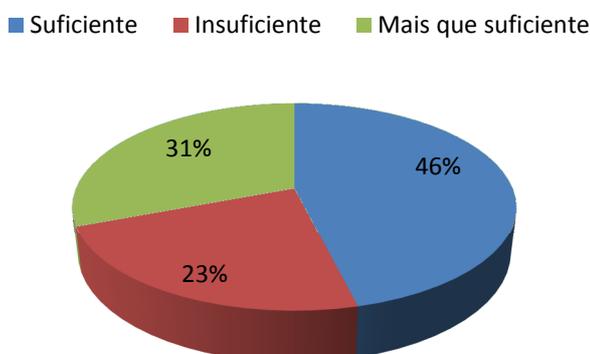
Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

Como apresenta a Gráfico acima 46% dizem ter uma relação boa, 31% apontam regular e 23% muito boa. Sendo assim o grupo pode concluir que a maioria possui uma boa relação com os adolescentes a qual são responsáveis.

Em procedência a pesquisa, as entrevistadas foram questionadas do tempo que passam com sua família, e serão apresentados os resultados na Gráfico abaixo:

**Gráfico 18** Tempo com os Filhos

### Como você considera o tempo que passa com os seus filhos



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

Diante dos indicadores acima nota-se que 46% relataram que o tempo que passa com sua família é suficiente, 23% insuficiente e 31% consideram o tempo mais que suficiente. Portanto pode-se perceber que apesar do cotidiano agitado a maioria das famílias se sentem satisfeitas com o tempo que passam com sua família.

Esta categoria teve o intuito de apresentar quantitativamente o perfil dessas famílias no que diz respeito ao território que pertence e a Proteção Social.

A seguir será apresentando o diagnóstico sobre os impactos que o Serviço desenvolvido pelo núcleo traz para o cotidiano das famílias a qual foram o universo da referida pesquisa.

### **5.5 Os Impactos que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Propicia no Cotidiano das Famílias Atendidas**

Este item visa apresentar as contribuições que o referido serviço desenvolvido pelo núcleo, propicia no cotidiano das famílias atendidas pelo mesmo. É importante ressaltar que a pesquisa foi realizada com treze entrevistadas.

A ação avaliada no núcleo para a realização da referida pesquisa é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos de idade.

O Serviço está em plena consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, e visa atender crianças e adolescentes a qual suas famílias se encontram em situação de vulnerabilidade social tais como: pobreza, desemprego, acesso precário a serviços a direitos básicos, discriminação, etc.

Diante da pesquisa pode-se concluir que o Núcleo realiza suas ações com objetivo de prevenir futuras violações de direitos ou riscos no âmbito familiar e comunitário, o fortalecimento de vínculos e o desenvolvimento das potencialidades de seus sujeitos.

O CAF está localizado em uma área de extrema vulnerabilidade social e marcada por inúmeras violações de direitos; dessa forma sua localização chega ser estratégica, pois faz divisão com os dois principais Bairros do Território, Parque

dos Pinheiros e Jardim Panorama, e é de fácil acesso para a população. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome ( 2009, s.p.)

[...] deve ser instalado prioritariamente em locais de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade, com concentração de famílias com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo [...].

Embora o CAF não seja uma unidade pública estatal, como um Centro de Referência de Assistência Social, o mesmo está em consonância com o MDS e localizado em locais de vulnerabilidade, como citado acima.

As competências atribuídas ao núcleo estão voltadas para o atendimento as famílias e indivíduos, como no caso as crianças e adolescentes, tendo em vista sempre o objetivo da garantia de direitos, a execução da Proteção Social Básica, articulação com os demais serviços do território, entre outras competências que varia de acordo com a demanda que chega ao núcleo.

Com a execução deste serviço espera-se que a criança e adolescente, de acordo com Orientações Técnicas Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos (2010, p.128):

[...] conheçam e acessem os direitos das crianças e adolescentes socioassistenciais e humanos; desenvolvam-se integralmente; valorizem a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos; tenham garantidas e acessem práticas lúdicas, esportivas, cognitivas, de lazer e cultura; expressem-se por meio de brincadeiras e atividades lúdicas, resignificando e simbolizando as experiências vividas; convivam num ambiente saudável, de respeito e valorização das diversidades étnicas, raciais, religiosas e sexuais; sintam-se acolhidos e integrados; expandam seus universos artísticos e culturais, assim como habilidades, talentos e aptidões; tenham maior conhecimento e capacidade de análise crítica da realidade; sejam protegidos socialmente por suas famílias e comunidades, bem como acessem serviços, programas e equipamentos públicos.

O CAF traz na materialização de suas ações no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à execução de algumas seguranças, sendo elas: segurança de acolhida, segurança de convívio familiar e comunitário e segurança de desenvolvimento da autonomia.

A segurança de acolhida visa acolher as demandas que os sujeitos trazem, dar orientações sobre os demais serviços socioassistenciais que o usuário tem direito, realizar essa acolhida em um ambiente seguro e sigiloso, entre outros.

A segurança de convívio familiar e comunitário está internamente ligada ao Serviço de Convivência, e está relacionado à proteção familiar e territorial, e por fim a segurança de desenvolvimento da autonomia, que traz a questão da participação cidadã, está relacionado com os projetos pessoais do indivíduo, trabalhar o “eu”, geralmente é quando a vulnerabilidade foi superada.

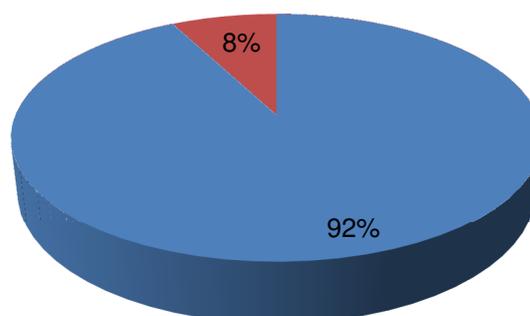
Para avaliar essas ações que o núcleo desenvolve, foi possível trazer indicadores relacionados ao serviço prestado, a qual será apresentada nos Gráficos a seguir.

A primeira questão no que diz respeito aos impactos que o serviço ofertado propicia no cotidiano das famílias, foi relacionada ao porque a entrevistada procurou o núcleo.

**Gráfico 19** Procura pelo CAF

### Procurou o CAF por Busca espontânea ou encaminhamento

■ Busca espontânea ■ Encaminhamento



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

Com relação aos indicadores acima, conclui-se que 92% das entrevistadas procuraram atendimento no CAF por busca espontânea com intuito de inserir a criança ou adolescente no projeto, pois a maioria dos responsáveis, quando procurou o atendimento, estavam trabalhando e não tinham ninguém de confiança pra deixar, ou até mesmo por conta do auxílio com verduras que o núcleo

disponibiliza para as crianças e adolescentes que estão inseridas no Projeto. Para afirmar esta conclusão de acordo com as entrevistadas:

**Entrevistada I:** “É porque a Vitória se sente sozinha também e aqui no CAF ajuda com verdura, e meu esposo ganha muito pouco não dá pra compra verdura.”

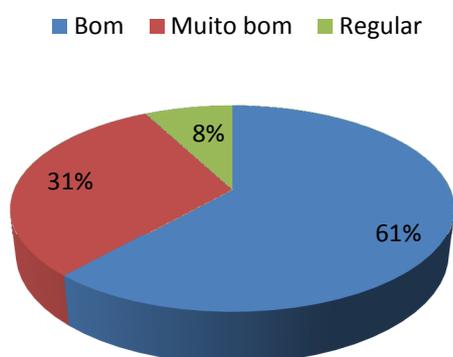
**Entrevistada K:** “A porque eu não queria que ficasse na rua, eu optei pelo projeto pra não ficar na rua, porque eu trabalhava então ele ia ficar um espaço de tempo bom aqui, o horário né, então quanto menos na rua melhor, por isso que procurei o Projeto.”

Os 8% restante corresponde a encaminhamento Judicial.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas no Núcleo da respectiva pesquisa, as mesmas avaliaram o grau de satisfação, a qual será apresentado a seguir.

**Gráfico 20** Avaliação do Trabalho do CAF

### Como você avalia o trabalho desenvolvido pelo CAF



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

Diante do que está sendo apresentado na Gráfico, 100% dos entrevistados estão satisfeitos com as ações desenvolvidas pelo núcleo, e os dados foram quantificados sendo 51% acham bom as atividades, 31% muito bom e 8% consideram regular.

No decorrer da entrevista as mesmas foram questionadas se acreditam que o trabalho desenvolvido pelo CAF pode realizar mudanças, e 100% relatou que de fato traz mudanças no âmbito familiar; seguindo a entrevista as mesmas foram

questionadas se um possível trabalho com as famílias das crianças e adolescentes atendidas pelo núcleo poderia trazer impactos positivos, a qual será explanada nas falas a seguir:

**Entrevistada D:** “Pode ser bom isso, sabe porque eles tem só o apoio da família da mãe, eles tem só o apoio do meu marido dos meus filhos e eu, da família do pai eles não tem apoio de nada, nada e nada. Então assim tem horas que eles acham que todo mundo tem a presença do pai e eles não tem, ai seria importante junta todo mundo com isso.”

Na fala da entrevistada D é possível notar que a mesma deixa explícito a falta que faz a presença paterna no âmbito familiar; mesmo tendo outras Gráficos a presença do pai é primordial para a adolescente a qual a entrevistada é responsável.

**Entrevistada H:** “Sim eu acho que vai fortalecer, no meu ponto de vista tem muitos, que nem agora mesmo uma menina ali chegou com uma historia absurda então eu acho que tinha que ter tipo de uma palestra falando de tudo, uma orientação uma convivência boa com os filhos, não sei nem explica mais uma criança ne com umas conversas absurdas então eu penso até que eu preciso de uma orientação”.

Na fala da entrevistada H pode se notar que a mesma é mais esclarecida no que diz respeito a um trabalho com famílias, pois ela aborda sobre palestras, orientações e frisa que seria um espaço de convivência, a qual entendemos que a convivência é essencial para fortalecimento de vínculos familiares.

**Entrevistada L:** “Aqui me ensinou mais a ouvir eles, eu sou muito estourada, eu melhorei bastante, eu era bem pior, eu nunca fui de ficar espancando, mais eu não era de conversar, ai conforme fui passando aqui, porque eu passei muito aqui então eu fui aprendendo a ouvir o que tá acontecendo, então é bom pra isso um trabalho com a família.”

Na fala da entrevistada L, a mesma aborda a importância que seria um trabalho com família, pois só pelo fato da entrevistada procurar o Núcleo para atendimento e para saber sobre a conduta de seus filhos já conseguiu obter uma melhora em relação a sua comunicação e maneira de corrigir os mesmos, hoje ela escuta mais ao invés de apenas punir.

**Gráfico 21** Frequencia à Escola

### **A criança/adolescente já frequentava a escola antes de ingressar no projeto**



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

No que diz respeito à criança/ adolescente estar frequentando a escola antes de ingressar no projeto, nota-se que de acordo com o gráfico acima 92% freqüentavam a escola.

Considerando que desse universo do qual foi realizada a pesquisa, quando os adolescentes ingressaram no projeto todos tinham idade escolar, ainda assim 8% estavam fora da escola, por motivos que não foram esclarecidos no decorrer da entrevista.

Seguindo a entrevista, as mesmas foram questionadas se houve melhoras no rendimento escolar desses adolescentes e todas declararam que sim; diante disso entende-se que o núcleo, através do serviço que se desenvolve com essas crianças/adolescentes é um forte parceiro no que diz respeito ao incentivo e a garantia do acesso a vida escolar.

Atualmente o núcleo não está desenvolvendo o trabalho com as famílias das crianças e adolescentes, entretanto, como apresentado acima, as próprias famílias sentem a necessidade desse trabalho. O trabalho social com as famílias dessas crianças/adolescentes pode proporcionar uma transformação no cotidiano dessas famílias com mais eficiência e efetividade.

Nota-se, diante dos indicadores apresentados neste item, o quão importante é o trabalho desenvolvido pelo núcleo, e que o mesmo consegue uma

participação efetiva de seus usuários no serviço desenvolvido; consegue trabalhar de fato as demandas que esses sujeitos apresentam no cotidiano, principalmente ao que diz respeito ao vínculo familiar.

O trabalho executado pelo CAF consegue realizar a prevenção de futuras violações de direitos, desde uma evasão escolar até mesmo uma fragilização de vínculos sociais e comunitários; consegue desenvolver o exercício da cidadania com seus sujeitos através de acesso à cultura, esporte, lazer, entretenimento, direitos sociais, entre outros.

O item a seguir trará indicadores relacionados à participação social dessas famílias no território em que residem.

## **5.6 Participação Social**

A participação social é um instrumento viabilizador para a ampliação dos acessos a informações que condiz aos direitos sociais, o exercício da cidadania e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

No âmbito da participação social existe uma política a qual traz conceitos e diretrizes para execução da mesma, conhecida como Decreto 8.243, e suas diretrizes são:

- o reconhecimento da participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia;
- a complementaridade, transversalidade e integração entre mecanismos e instâncias da democracia representativa, participativa e direta;
- a solidariedade, cooperação e respeito à diversidade para a construção de valores de cidadania e de inclusão social;
- o direito à informação, à transparência e ao controle social nas ações públicas;
- a valorização da educação para a cidadania ativa;
- a autonomia, o livre funcionamento e a independência das organizações da sociedade civil;
- a ampliação dos mecanismos de controle social. (Cartilha Política Nacional de Participação Social, 2012, p.05).

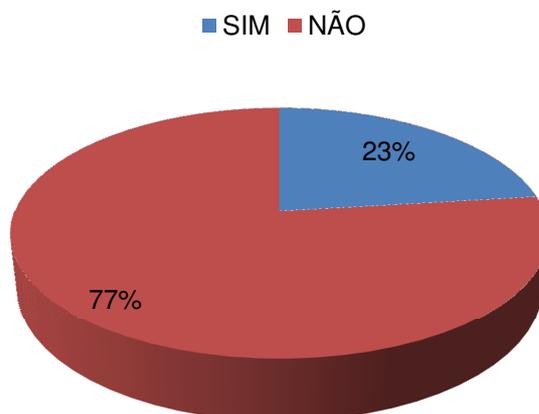
A Política visa ampliar a participação social dos cidadãos no que diz respeito à tomada de decisão, com relação às respostas para atender as suas demandas sociais.

Nessa perspectiva este item visa apresentar quantitativamente o grau de participação das entrevistadas no que diz respeito à vida comunitária no território, como por exemplo, participação na vida escolar dos adolescentes, nas Unidades Básicas de Saúde, na Igreja, reuniões de melhoria no bairro, reuniões no CRAS, CREAS, entre outros.

Sendo assim as entrevistadas foram questionadas a respeito se participam no bairro de alguma atividade que se inclua como participação social no território.

**Gráfico 22** Reunião na UBS

### Participa de Reunião na UBS



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

De principio as entrevistadas foram questionadas a respeito se participam de reuniões na UBS, diante do que foi apresentado na Gráfico acima é possível notar que apenas 23% frequentam reuniões na UBS a qual são pertencentes. Essas reuniões são voltadas para pacientes que são acompanhados pela unidade, como os hipertensos e diabéticos. Geralmente são reuniões com a Enfermeira a qual utiliza na maior parte das vezes palestras e folhetos para divulgar as informações necessárias.

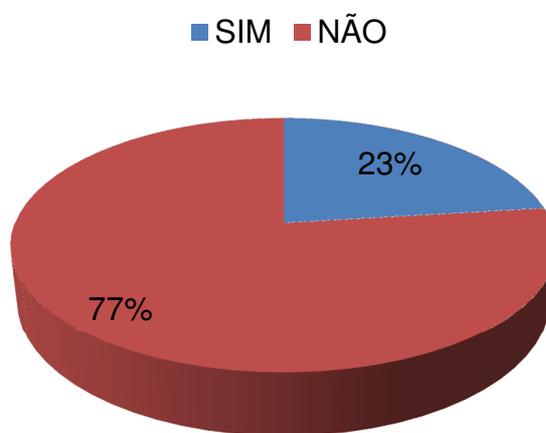
Segundo a entrevistas, o grupo questionou a respeito se as entrevistadas participam de reunião escolar e todas relataram que participam.

A reunião escolar é um espaço importante para os responsáveis conhecerem como são seus filhos em outros espaços de convivência sem ser a

própria casa, é um momento também que possibilita uma troca de diálogo entre o professor e o responsável por seu aluno. A escola deve ser vista como parceira na educação dessas crianças e adolescentes e suas famílias, mas é importante deixar esclarecido que a educação no sentido de comportamento parte de dentro de casa, no contexto familiar.

### Gráfico 23

#### Participa de grupo ou reuniões no CRAS



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras 2014.

Como apresenta a Gráfico acima nota-se que 77% das entrevistadas participam de reuniões no CRAS; esse número é bastante expressivo, pois muitas recebem benefícios de transferência de renda, a qual foi apresentado na Gráfico 16.

Pode-se notar nesta categoria diante dos indicadores levantados que as entrevistadas apresentam uma boa participação no que diz respeito às ações desenvolvidas no território.

## 6 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo apresentar as contribuições que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos propicia no cotidiano dos indivíduos, sendo este executado pelo Centro de Apoio à Família.

O núcleo está situado em um território marcado por múltiplas expressões da questão social, tais como: desemprego, violência, drogadição, entre outras.

As crianças e adolescentes atendidas pelo CAF, na maior parte das vezes como apresentado na pesquisa de campo, utilizam do serviço, pois os pais precisam trabalhar e não tem com quem deixar seus filhos para irem trabalhar, sendo assim o núcleo é parceiro para essas famílias, pois enquanto não estão na escola participam das atividades do Projeto; dessa forma o serviço propicia um trabalho para além da parte educacional, pois executa ações pautadas na prevenção de futuras violações de direitos, informando e orientando sobre seus direitos, auto cuidado e promovendo assim o exercício da cidadania.

Através das diversas pesquisas realizadas no decorrer do estudo foi possível aprofundar conhecimentos acerca da Trajetória Histórica da Assistência Social no cenário brasileiro para, assim, compreender seus marcos, sua evolução e no que rebateu nos serviços que atualmente são executados no âmbito da Política de Assistência Social.

As pesquisas decorridas acima possibilitaram também uma compreensão acerca da Proteção Social, sua trajetória, os avanços, seus conceitos, seu objeto, seus sujeitos, e possibilitou uma compreensão a respeito de fenômenos que contribuem para a desproteção social.

Sendo assim para que fosse possível concretizar esse estudo foi necessária a utilização de alguns instrumentais, como a pesquisa bibliográfica e eletrônica, textos para fins didáticos trabalhado em sala de aula, a qual contribui para a fundamentação teórica da pesquisa.

Diante da pesquisa realizada neste estudo, foi possível traçar algumas sugestões, sendo elas: a implantação de um trabalho social com as famílias das crianças e adolescentes atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos, pois a realização deste trabalho possibilita que ocorra a transformação social no cotidiano dessas famílias em maior completude.

A família é um grupo de indivíduos que convivem diariamente, sejam esses membros unidos por laços consanguíneos ou por afeto, e esta exerce um papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo. A família vem com o papel de proteger, educar, cuidar de seus membros principalmente criança e adolescente, entretanto é importante ressaltar que deve ter o amparo da comunidade e do Estado.

A família é o ceio dos primeiros contatos de cada ser humano, é nesse meio que o indivíduo forma sua personalidade, adquire suas crenças e valores.

Embora a família tenha o papel de cuidar de seus membros, é importante ressaltar que a mesma recebe de fato uma devida proteção para assim reproduzir os cuidados, diante disso é preciso que tenhamos um olhar para esses sujeitos, pois é papel da comunidade e do Estado promover meios para que a família assuma o seu papel, pois se a mesma se encontra em situação de desproteção social ela fica vulnerável a inúmeras ameaças sociais, que se não for realizado um trabalho imediato e contínuo de superação a mesma acaba se tornando cada vez mais vítima de violações de direitos, chegando assim à fragilização dos vínculos de seus membros.

Dessa forma é necessário que seja realizado um trabalho de superação não apenas com o indivíduo, mas também com todo seu contexto familiar; vale ressaltar que esse tipo de trabalho pode e deve também ser realizado como uma maneira de prevenção de riscos sociais.

Os bairros Jardim Panorama e Parque dos Pinheiros necessitam de fato que tenha um olhar mais sensibilizado para a população residente, pois é um bairro marcado por múltiplas expressões da questão social; tais como: desemprego, escassez de acesso à informação, violências de múltiplas formas, fome, pobreza, entre outras.

Frente à realidade presente neste território, faz-se necessário que seja realizado um Trabalho Social com as famílias das que são responsáveis pelas crianças e adolescentes atendidas no núcleo, visando ser um trabalho com o objetivo de prevenir violações de direitos, acompanhamento, orientação, convivência familiar, e promovendo o exercício a cidadania através de meios que promovam o

acesso aos direitos sociais e assim permita que essas famílias adquiram autonomia para enfrentar as vulnerabilidades sociais vivenciadas em seu cotidiano.

Levando em consideração que as demandas que essas crianças/adolescentes apresentam tem como sujeitos o âmbito intra-familiar, é importante ressaltar que trabalhar apenas um sujeito deste contexto acaba sendo uma ação fragmentada, e uma transformação social necessita que seja trabalhada em completude, sendo assim essa completude cabe todos os membros do Núcleo familiar.

É importante destacar que para a execução deste trabalho seria necessária a ampliação da equipe, realizando a contratação de mais uma Assistente Social, um educador social e uma psicóloga.

A contratação do Assistente Social é fundamental, pois é um profissional com conhecimentos teórico metodológico, ético político e técnico operativo, a qual possui conhecimentos que permite que olhe para além da imediaticidade que o sujeito apresenta um profissional com caráter interventivo, e apto para mediar os fenômenos sociais com as demandas que os sujeitos vivenciam em seu cotidiano.

A contratação de um educador social é fundamental na execução do trabalho social com famílias, pois é um profissional habilitado para trabalhar com grupos socioeducativos, grupos focais, oficinas, entre outras ações. É um profissional criativo, e que compreende que o contexto social em que os indivíduos vivenciam, traz consigo a explicação do comportamento de cada indivíduo, pois é fruto do que esse ser internacionalizou do meio em que vive, como por exemplo, uma criança vítima de violência física, no decorrer de seu dia a dia sem perceber ela reproduz essa mesma violência, e outras inúmeras vulnerabilidades, até porque uma criança que sofre algum tipo de violência com certeza traz consigo outras violações de direito, a violência física em si é apenas a ponta do iceberg.

E por fim a contratação do psicólogo é essencial, pois é um profissional com uma capacidade de identificar subjetividades, e apto para lidar com demandas que vão além da competência do Assistente Social.

Com a execução do trabalho social com famílias, é importante que seja realizada avaliações para identificar se está acontecendo mudanças no cotidiano

dessas famílias, é uma forma de avaliar o serviço desenvolvido, e realizar uma busca do que deve ser trabalho nesses encontros.

No que diz respeito à hipótese inicial, de que o CAF executa o Serviço em parceria com toda a rede socioassistencial presente no território e garantindo assim que o usuário tenha pleno acesso a seus direitos, pode-se perceber que ocorre essa articulação, e ela se materializa, por exemplo, nas reuniões de micro rede, a qual os responsáveis de cada serviço debatem sobre situações emergenciais, e melhorias nas ações desenvolvidas no território.

Contudo no decorrer do estudo foi possível identificar que através do Serviço é possível que essas crianças e adolescentes desenvolvam suas potencialidade, pratiquem o exercício da cidadania – através dos direitos que lhes são assegurados – e é realizado ações com caráter preventivo de futuras violações de direitos.

É importante ressaltar que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos não acontece sozinho, existe um aparato teórico, e uma equipe que contribui para a execução do mesmo, uma equipe competente teoricamente, e na prática também.

É possível notar que os serviços, para serem executados de forma satisfatória, os usuários necessitam também criar um vínculo com o serviço e com os atores que o executam, o fortalecimento de vínculos traz a questão comunitária, e elas se materializa também quando essas crianças/adolescentes possuem um vínculo com os educadores, a coordenadora, os serviços gerais, as cozinheiras, o zelador, e as estagiárias.

Embora o CAF seja uma Organização não Governamental, é fundamental destacar que o núcleo realiza suas ações de acordo com o que preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a Política Nacional de Assistência Social, e os demais aparatos legais que padronizam os serviços socioassistenciais.

Enfim, o referido estudo visa ir além de uma pesquisa conclusiva, mas também como uma proposta de uma possível ampliação do serviço desenvolvido atualmente, para que assim ocorra uma transformação com maior completude na vida dos sujeitos atendidos neste serviço, contribuindo para a construção de respostas profissionais sustentáveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. M. P. de. **Vulnerabilidade social**. Desenvolvimento Humano no Recife, Atlas Municipal. Recife: 2006. Disponível em <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/Vulnerabilidade%20Social.pdf>>. Acesso em 12 de Março de 2014.

ANDRADE, Fabricio Fontes. **Considerações sobre a perspectiva territorial na política pública de Assistência Social no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/download/6321/4048>. Acesso em 24 de Agosto de 2014

BARROS, R.P. et al. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**, pp. 21-47. Ipea, Rio de Janeiro, 2000.

BEHRING, E. R. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Constituição, 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Sistema Único de Assistência Social Proteção Social Básica**.

BRASIL **Lei 6439/77** Disponível em <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1977/6439.htm>> Acessado em 12 de Março 2014

\_\_\_\_\_. **Código civil, 2002**. Código civil. 53.ed. São Paulo: Saraiva; 2002.

CAMURRA, L.; BATISTELA, C.C. **A Entrevista como Técnica de Pesquisa Qualitativa**. Disponível em <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=1135>>. Acesso em 08 de Outubro de 2014.

CARELLI, K. Novas **Formas de Constituição de Família e seus Efeitos Jurídicos**. 2008. Disponível em <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Karina%20Carelli.pdf>>. Acesso em 28 de Agosto de 2014.

CARVALHO, M. do C. B. de (Coord.). **Serviço de proteção familiar. Cadernos de Ação**, n. 5, 1994.

CARVALHO, M. do C. B. **Famílias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2014.  
**Decreto 525 de 1938** Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-525-1-julho-1938-358399-norma-pe.html> Acessado em 12 de Março de 2014

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.  
 IBGE 2003. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**: síntese de indicadores 2002. IBGE, Rio de Janeiro.  
 INFOESCOLA. **Evasão Escolar**. s.a. Disponível em  
<http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>. Acesso em 08 de Outubro de 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Vera Lúcia Canhoto. **Texto para Fins Didáticos trabalhados em sala de aula**. Ano de 2012.

Renó, Dayane S. **Introdução à Política Pública de Assistência Social**. Disponível em:  
 <<http://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/midia/publicacoes/cartilhas/assistenciasocial/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Pol%C3%ADtica%20P%C3%BAblica%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Social.pdf>> Acessado em 12 de Março de 2014.

KALOUSTIAN, S.M.; FERRARI, M. 1994. **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez – Unicef, 1994.

KAZTMAN, R. **Seducidos y abandonados**: el aislamiento social de los pobres urbanos. Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, n.75, p.171-189. dec. 2001.

KOGA, D.; ALVES, V.A. **A Interlocação Do Território Na Agenda Das Políticas Sociais**. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 9, Jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em  
 <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)>. Acesso em 12 de Março de 2014.

MARIANO, A.B.P. **As Mudanças no Modelo Familiar Tradicional e o Afeto Como Pilar de Sustentação destas Novas Entidades Familiares**. 2008. Disponível em <<http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/ana-beatriz-parana-mariano.pdf>>. Acesso em 28 de Agosto de 2014.

MEZZARROBA, O. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. São Paulo: Saraiva, 344 p. ISBN 978-85-02-08440-7, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/Orientacoes%20Tecnicas%20sobre%20o%20PAIF%20-%20Trabalho%20Social%20com%20Familias.pdf/view>>. Acesso em 12 de Março de 2014.

MIOTO, R.C.T. **Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira**. Revista Ser Social. Brasília/UnB, v. 12, n. 1, p. 165-190, 2003.

OLIVEIRA, F. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. (Coleção Histórica do Povo Brasileiro).

OLIVEIRA, G.A. et al. **Vigilância Social: Ferramenta Necessária no Enfrentamento da Violência de Gênero em Presidente Prudente**. Disponível em <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Social/article/viewFile/2902/2677>>. Acesso em 12 de Março de 2014.

PEREIRA, A. P. **Necessidades Humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais**. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em 12 de Março de 2014.

QUIAIOS, A. et al. **Influência do Meio Social**. Disponível em <<http://personalidade-ap.blogspot.com.br/2010/02/influencia-do-meio-social.html>>. Acesso em 05 de Maio de 2014.

Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **SCFV**. Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/ta2013scfv/index.php>>. Acesso em 28 de Agosto de 2014.

SARTORI. E. **Família e Proteção Social**: todos sob o mesmo teto. – Elisiane Sartori; prefacio Maria Lygia Quartim de Moraes. – Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SINPAS. **Lei 6439/77**. Disponível em <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1977/6439.htm>>. Acesso em 12 de Março de 2014.

\_\_\_\_\_. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em [http://www.ipc-undp.org/doc\\_africa\\_brazil/Webpage/missao/programas/SNAS.pdf](http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/Webpage/missao/programas/SNAS.pdf). Acesso em 15 de Março de 2014

SPOSATI, A. **Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva**: o caso da assistência social no Brasil. In: XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 – 7 nov. 2009.

SPOSATI, Aldaiza. **Mínimos Sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania**. Revista Serviço Social e Sociedade, n.º55, 1997.

SPOSATI, Aldaiza. Modelo Brasileiro de Proteção Social não contributiva: concepção fundantes. In **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**, MDS, UNESCO, Nov.09, 2009, p.13-55.

SPOSATI, Aldaiza: **Especificidade e intersectorialidade da Política de Assistência Social**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 77, São Paulo: Cortez, mar. 2004.

SPOSATI, Aldaiza. **A menina loas**: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif/arquivos/tipificacao-nacional.pdf/download>>. Acesso em 08 de Março de 2014.

YAZBEK, M.C. **Classes subalternas e assistência social.** 4 ed. São Paulo: Cortez, São Paulo, 2003.

SPOSATI, A., BONETTI, D. A., YAZBEK, M.C; CARVALHO, M. do C..F. **Assistência social na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 2<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Cortez, 1986